

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA E ZOOLOGIA  
CURSO DE CIÊNCIA BIOLÓGICAS

Lara Lombardi Santos Vitale

**O *status* moral dos animais não humanos na ética de Peter Singer**

Florianópolis/SC  
2021

Lara Lombardi Santos Vitale

**O *status* moral dos animais não humanos na ética de Peter Singer**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Biológicas do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharela em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Felipe de Oliveira

Florianópolis/SC  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vitale, Lara L S

O status moral dos animais não humanos na ética de  
Peter Singer / Lara L S Vitale ; orientador, Wesley Felipe  
de Oliveira, 2021.

60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências  
Biológicas, Graduação em Ciências Biológicas, Florianópolis,  
2021.

Inclui referências.

1. Ciências Biológicas. 2. Bioética. 3. Ética Animal. I.  
Oliveira, Wesley Felipe de. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Graduação em Ciências Biológicas. III. Título.

*Dedico esta monografia a todas as  
mulheres ao redor do mundo que lutam  
pelo acesso à educação.*

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a minha irmã pelo exemplo e inspiração e por trazer a filosofia para a família. Agradeço de coração a minha mãe por possibilitar o acesso e me ensinar a valorizar a educação de qualidade. E ao meu pai (*in memoriam*), cuja memória evoca em mim a vontade de estudar, escrever, sonhar e mudar o mundo.

Sou especialmente grata a meu companheiro, amigo e marido pelo amor, carinho e paciência. Por ouvir atenciosamente meus dilemas éticos, por se preocupar com as coisas que são importantes para mim, por respeitar minhas escolhas, e por assar berinjelas nos churrascos em família. Obrigada por acreditar em mim e sempre me incentivar a continuar.

Nessa jornada, só tenho a agradecer a todos os familiares e amigos pelos abraços de apoio, pelas palavras de coragem e pelos olhares de incentivo.

Agradeço aos meus professores pela fonte de inspiração. Desde aquele que me fez seguir o caminho da Biologia até aqueles que trouxeram a Ética Animal para minha vida. E em particular a meu orientador pelo voto de confiança e por aceitar o desafio de me guiar neste caminho interdisciplinar. Obrigada por todos os comentários, sugestões e correções, sempre tão enriquecedores.

À Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, meus agradecimentos por sediar meu desenvolvimento acadêmico.

*Throughout the world, women, people of color, children, the elderly, the mentally disabled, the poor, and other humans are treated as second-class citizens by the corporate patriarchy that runs the show. Yet, nonhuman animals are, in many ways, the most vulnerable among us.*

*Francione, Gary L.  
Animal Rights: The Abolitionist Approach*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o status moral dos animais não humanos sob uma perspectiva histórica, trazendo a teoria ética de Peter Singer como ponto-chave para a inserção dos animais na esfera de consideração moral. Uma pesquisa bibliográfica é realizada visando trazer uma retrospectiva do *status* moral dos animais através da análise crítica de como os animais eram retratados nos textos dos pensadores mais influentes de sua época, desde os textos bíblicos mais antigos até os dos filósofos contemporâneos. É ressaltado como os animais eram vistos na sociedade e o tratamento a que eram submetidos, como permaneceram à margem dos debates éticos e pouca ou nenhuma consideração moral lhes foi atribuída no contexto da história da filosofia. Em seguida, é introduzida a teoria ética de Peter Singer que propõe uma mudança significativa na forma como são pensadas as relações entre humanos e animais ao desenvolver o Princípio da Igual Consideração de Interesses. Este princípio defende a senciência como a única base eticamente defensável para delimitação do círculo de consideração moral, pois reflete a própria capacidade de ter interesses e, portanto, devemos considerar os interesses de todos os seres sencientes de maneira igualitária. No âmbito da ética singeriana, é abordado também o conceito de Pessoa do autor, dos critérios necessários para pertencer a essa categoria às implicações de se considerar certas espécies de animais não humanos como Pessoas. Por fim, são analisadas as consequências da ética de Peter Singer na alimentação humana partindo do pressuposto que o consumo de produtos de origem animal está em desacordo com o princípio da igual consideração de interesses ao sobrepor um interesse menor dos humanos em satisfazer seu paladar ao interesse maior dos animais em evitar o sofrimento e morte prematura, de forma que a dieta vegana surge como uma maneira de assegurar que este princípio ético seja respeitado.

**Palavras-chave:** senciência; interesses; alimentação; veganismo.

## ABSTRACT

This work aims to reflect on the moral status of non-human animals under a historical perspective, bringing Peter Singer's ethical theory as a key point for the insertion of animals in the sphere of moral consideration. A bibliographical research is carried out aiming to bring a retrospective of the moral status of animals through a critical analysis of how animals were portrayed in the texts of the most influential thinkers of their time, from the most ancient biblical texts to contemporary philosophers. It highlights how animals were seen in society and the treatment they were subjected to, how they remained on the margins of ethical debates and how little or no moral consideration was given to them in the history of philosophy. Then, Peter Singer's ethical theory is introduced, which proposes a significant change in the way human-animal relationships are thought by developing the Principle of Equal Consideration of Interests. This principle defends sentience as the only ethically defensible basis for delimiting the circle of moral consideration, as it reflects the very capacity to have interests and, therefore, we must consider the interests of all sentient beings equally. In the scope of singerian ethics, the author's concept of Person is also addressed, from the necessary criteria to belong to this category to the implications of considering certain species of non human animals as Persons. Finally, the implications of Peter Singer's ethics on human nutrition are analyzed, based on the assumption that the consumption of animal products is not compatible with the principle of equal consideration of interests by superimposing a lesser interest of humans in satisfying their tastes to a greater interests of animals to avoid suffering and premature death, so vegan diet emerges as a way to ensure that this ethical principle is respected.

**Keywords:** sentience; interests; nutrition; veganism.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1 PANORAMA HISTÓRICO DO STATUS MORAL DOS ANIMAIS.....</b>	<b>11</b>
1.1 Contexto bíblico.....	11
1.2 Idade Antiga: gregos.....	13
1.3 Idade Antiga: romanos.....	16
1.4 Idade Média.....	17
1.5 Renascimento.....	19
1.6 Idade Moderna e Contemporânea.....	20
<b>2 O STATUS MORAL DOS ANIMAIS NA ÉTICA DE PETER SINGER.....</b>	<b>28</b>
2.1 Bases da Ética de Peter Singer.....	28
2.2 O princípio da igual consideração de interesses.....	29
2.3 A consideração dos interesses dos animais.....	31
2.4 A questão do consumo de carne.....	34
2.5 A questão da autoconsciência.....	36
2.6 Sobre o ato de matar.....	39
2.7 O conceito de Pessoa.....	39
2.8 Animais como Pessoas.....	42
<b>3 IMPLICAÇÕES DA ÉTICA DE PETER SINGER NA ALIMENTAÇÃO.....</b>	<b>45</b>
3.1 Dieta especista.....	46
3.2 Uma questão de preferência.....	48
3.3 Ética na alimentação.....	50
3.4 A revolução pelos direitos dos animais.....	52
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

As discussões sobre o valor moral dos animais não humanos foram historicamente deixadas à margem dos debates éticos e apenas muito recentemente questões relacionadas ao direito à consideração moral dos animais, antes negligenciadas, passaram a assumir um papel de maior importância na filosofia e na bioética. Nesse contexto, o filósofo Peter Singer teve uma forte influência para que os animais fossem inseridos nos debates éticos contemporâneos, dando origem a um novo campo de estudo: a ética animal. A partir da obra *Libertação Animal*, publicada em 1975, e posteriormente *Ética Prática*, em 1980, o autor explora o *status* moral dos animais e analisa se a forma como os animais não humanos são tratados pela sociedade é condizente com padrões eticamente defensáveis.

No campo das Ciências Biológicas, esse debate permanece incipiente. A Bioética constitui um campo de estudo pouco valorizado pelas instituições de ensino superior, de forma que em muitos cursos não possui caráter obrigatório ou é tratada dentro de outras áreas como a Biossegurança. A formação acadêmica do biólogo oferece, ainda que de maneira fragmentada - através da Zoologia, Ecologia e Neurociências, por exemplo - todas as competências necessárias para discutir esse tema e há uma crescente demanda por preencher as lacunas curriculares de modo a reforçar o papel dos profissionais de Biologia nos debates éticos. O presente trabalho almeja contribuir para tal.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a ascensão do status moral dos animais não humanos ao longo da história com base na influência da teoria ética de Peter Singer e suas implicações na alimentação humana. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando trazer uma retrospectiva histórica do *status* moral dos animais, ressaltando a forma como eram vistos na sociedade e o tratamento a que eram submetidos. Em seguida, é introduzida a teoria ética de Peter Singer, que propõe uma mudança significativa na forma como são pensadas as relações entre humanos e animais, ao inserir os últimos na esfera de consideração moral. Por fim, foram analisadas as implicações da ética de Peter

Singer na alimentação humana e como os princípios éticos de Singer influenciam as escolhas alimentares daqueles que visam o consumo de alimentos de forma ética.

O presente trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro abrange a retrospectiva histórica do valor moral dos animais, por meio da análise crítica de como os animais eram retratados nos textos dos pensadores mais influentes de sua época, subdivididos em: contexto bíblico, Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna e Contemporânea. Esta análise tem como foco retratar as justificativas usadas pelas vozes dominantes da época para legitimar a dominação e exploração dos animais não humanos, bem como as principais vozes contrárias a essa posição dominante.

O segundo capítulo introduz as bases da ética utilitarista preferencial de Peter Singer das quais se desenvolve o princípio da igual consideração de interesses. Este princípio ético é tratado como um princípio básico de igualdade de onde a sentiência emerge como único critério eticamente defensável para delimitar os integrantes da esfera de consideração moral. Com a proposta de inclusão de todos os seres sencientes no círculo ético, são abordadas questões acerca de como os animais não humanos são tratados, em especial na indústria alimentícia, e as implicações éticas de causar sofrimento e morte a estes animais. A negligência aos interesses dos animais da forma como se dá atualmente é abordada sob a ótica do especismo, por meio da qual é discutida a relevância moral da característica da espécie, para que os interesses de um ser sejam levados em consideração.

O terceiro e último capítulo deste trabalho é reservado às implicações da ética de Peter Singer na alimentação e como a adoção do princípio da igual consideração de interesses significaria repensar nossas escolhas alimentares para atender aos padrões de consumo ético, culminando no papel das dietas vegetarianas ou veganas na revolução pelos direitos morais dos animais.

## 1 PANORAMA HISTÓRICO DO STATUS MORAL DOS ANIMAIS

Desde os primórdios da espécie humana até a atualidade, cerca de 108 bilhões de *Homo sapiens* habitaram a Terra (Population Reference Bureau, 2020). Em comparação, é maior o número de animais mortos todos os anos para suprir a demanda humana de consumo. Estima-se que mais de 70 bilhões de animais terrestres e aproximadamente um trilhão de animais aquáticos são sacrificados anualmente pela indústria de alimentos (UN Food and Agriculture Organization, 2020). Não há outra maneira de enxergar estes dados senão sob a ótica especista.

O termo especismo foi inicialmente formulado por Richard Ryder, em 1970, em um artigo intitulado *All Beings That Feel Pain Deserve Human Rights* [Todos os seres que sentem dor merecem Direitos Humanos]. De acordo com Ryder, o especismo pode ser definido como um preconceito baseado em diferenças físicas moralmente irrelevantes - neste caso a espécie - análogo ao racismo ou sexismo (RYDER, 2014, p. 1). O conceito de especismo influenciou diversos pesquisadores que defendem a inserção dos animais não humanos na esfera de consideração moral, inclusive o filósofo Peter Singer, assunto dos capítulos dois e três. Este primeiro capítulo tem como objetivo delinear as raízes históricas da sociedade especista.

A ideologia da espécie humana enquanto a espécie dominante e seu suposto direito de usar os outros animais para satisfazer seus próprios interesses é amplamente aceita pela sociedade. Na história da humanidade são dadas diferentes justificativas para a superioridade moral dos seres humanos e o direito de dominação em relação aos animais não humanos, podendo ser estas de origem religiosa, filosófica ou científica, de acordo com o período histórico analisado. E, apesar das mudanças ideológicas do pensamento humano através da história, a atitude moral perante os animais permaneceu por muitos séculos quase inalterada.

### 1.1 Contexto bíblico

Desde a criação do Universo, como consta no Velho Testamento, a relação de dominação entre homens e animais encontra-se estabelecida:

E Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança: e que tenham domínio sobre os peixes do mar, e sobre as aves do céu e sobre a terra e sobre tudo que rasteja sobre a terra (Gênesis 1:26).

A Bíblia coloca a espécie humana em uma posição especial no Universo pois, de todas as espécies é a única à semelhança de Deus. Apesar da dominância concedida pelo Criador dos homens perante todas as criaturas vivas, as passagens seguintes sugerem que no início da Criação - no Jardim do Éden - não havia a morte de animais e a alimentação consistia em ervas verdes:

E Deus disse: Eis que vos tenho dado toda a erva que dê semente, que está sobre a face de toda a terra; e toda a árvore, em que há fruto que dê semente, ser-vos-á para mantimento.

E a todo o animal da terra, e a toda a ave dos céus, e a todo réptil da terra, em que há alma vivente, toda a erva verde será para mantimento; e assim foi (Gênesis 1:29,30).

Apenas após o pecado do homem e sua conseqüente expulsão do Jardim do Éden há registros da morte de animais para uso da pele como vestimenta e da carne para alimentação:

E fez o Senhor Deus a Adão e a sua mulher túnicas de peles, e os vestiu (Gênesis 3:21).

Cada coisa que se move, que vive, vos servirá de alimento; assim como a erva verde, eu lhe dei todas as coisas (Gênesis 9:3).

Interessante notar que nos registros bíblicos a época de inocência do homem coincide com uma alimentação baseada em plantas e a prática de matar e usar animais tem início somente após a degradação do homem quando banido do Jardim do Éden. Ademais, segundo a visão escatológica judaico-cristã, na qual haverá a renovação da Terra, essa restauração se dará através do retorno às origens e voltando a suas formas originais de vida os animais, incluindo o homem, deixarão de ser carnívoros. E assim, viverão em um estado de paz e glória.

E morará o lobo com o cordeiro, e o leopardo com o cabrito se deitará, e o bezerro, e o filho de leão e o animal cevado andarão juntos, e um menino pequeno os guiará.

A vaca e a urso pastarão juntas, seus filhos se deitarão juntos, e o leão comerá palha como o boi.

E brincará a criança de peito sobre a toca da áspide, e a desmamada colocará a sua mão na cova do basilisco.

Não se fará mal nem dano algum em todo o meu santo monte, porque a terra se encherá do conhecimento do Senhor, como as águas cobrem o mar.

E acontecerá naquele dia que a raiz de Jessé, a qual estará posta por estandarte dos povos, será buscada pelos gentios; e o lugar do seu repouso será glorioso (Isaías 11:6-10).

O lobo e o cordeiro se apascentarão juntos, e o leão comerá palha como o boi; e pó será a comida da serpente. Não farão mal nem dano algum em todo o meu santo monte, diz o Senhor (Isaías 65:25).

Na atualidade, a forma como os animais devem ser tratados não pode mais ser justificada por pressupostos religiosos de maneira convincente. Afinal, o uso institucionalizado dos animais não humanos, conforme se dá na sociedade ocidental atual - na alimentação, vestuário, pesquisas etc. - não depende de crenças bíblicas e encontra-se difundido independentemente de religião. Mesmo que a causa para a dominação do homem perante os outros animais não seja mais legitimada por nomeação divina, essa dominação existe e com o decorrer da história encontrou outras justificativas para sustentar sua prevalência.

## 1.2 Idade Antiga: gregos

Na Grécia antiga, as escolas filosóficas apresentavam visões divergentes em relação aos animais. Pitágoras (~570 a.C - 490 a.C) era vegetariano e orientava que seus discípulos jamais deveriam comer carne, sacrificar animais aos deuses ou lhes causar qualquer injúria, mas que deveriam “preservar a mais solícita justiça para com eles” (TAYLOR, 2016, p. 57). Argumentava que os animais deveriam ser considerados como amigos e familiares e, assim, nunca maltratados, escravizados ou abatidos, pois são constituídos dos mesmo elementos que o homem e compartilham com ele a mesma vida. Pitágoras defendia a abstinência de carne por muitas razões, inclusive por ser produtiva de paz, uma vez que aqueles que estão acostumados a abominar o massacre de animais irão considerar ainda mais abominável o ato de matar um homem ou se engajar em guerras (TAYLOR, 2016, pp. 81-87).

Platão (~428 a.C - 348 a.C) foi influenciado pela escola pitagórica e em sua obra *A República* relata que Sócrates menciona Pitágoras como um líder amado por seus seguidores e responsável por influenciar gerações.

Sócrates — [...] diz-se, ao menos, que tenha, durante a vida, estado à frente da educação de alguns particulares, que o tenham amado [...] como

foi o caso de Pitágoras, que inspirou uma profunda dedicação deste gênero e cujos seguidores ainda hoje chamam pitagórico ao modo de existência pelo qual parecem distinguir-se dos outros homens (PLATÃO, 2019, p. 335).

Conforme Platão, Sócrates (469 a.C. - 399 a.C.) defendia uma sociedade com alimentação vegetariana, pois acreditava que isso traria saúde e paz à população. Considerava que com o consumo de carne faria-se necessário maior número de médicos, além de exigir mais terras para pastoreio, o que levaria a disputas territoriais e a guerras.

[...] Glauco interveio: — Parece-me que não dás nada a esses homens além de pão seco.

Sócrates — Tens razão. Esqueci-me de dizer que, evidentemente, eles terão sal, azeitonas, queijo, cebolas e esses legumes cozidos que se costumam preparar no campo. Como sobremesa, terão figos, ervilhas e favas; assarão na brasa bagas de murta e bolotas, que comerão, bebendo moderadamente. Assim, passando a vida em paz e com saúde, morrerão velhos, como é natural, e legarão aos filhos uma vida semelhante à deles (PLATÃO, 2019, p. 59).

[...] E devemos acrescentar gado de toda a espécie, para aqueles que desejarem comer carne, não te parece? Glauco — E por que não? Sócrates — Mas, levando este tipo de vida, teremos necessidade de muito mais médicos do que antes. Glauco — Muito mais. Sócrates — E a pátria, que até então era de tamanho suficiente para alimentar os seus habitantes, tornar-se-á demasiado pequena e insuficiente. Que achas disto? Glauco — Que é verdade. Sócrates — Então seremos obrigados a tomar as pastagens e lavouras dos nossos vizinhos? E eles não farão a mesma coisa em relação a nós, se, ultrapassando os limites do necessário, se entregarem, como nós, a uma insaciável cupidez? Glauco — É bem provável Sócrates. Sócrates — Iremos então à guerra, ou faremos outra coisa? Glauco — Iremos à guerra (PLATÃO, 2019, pp. 60-61).

A associação entre a alimentação carnívora e a violência entre os homens, presente nos ensinamentos de Pitágoras e nos textos de Platão, bem como a preocupação em como se deve tratar os animais serão retomadas posteriormente, na Idade Moderna, com o conceito de deveres indiretos do filósofo Immanuel Kant. Até então, a noção de deveres para com os animais, mesmo que indiretos, se perde na visão que predomina ao longo da história, a partir das ideias de Aristóteles, discípulo de Platão.

Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) tinha uma visão teleológica do homem e do mundo. Isso significa, dentro de sua perspectiva, que o homem é o fim último da natureza e tudo que existe é para servir a esse fim, o homem. Para o filósofo, os animais são meros meios para os fins humanos, ou seja, funcionam como fonte de

recursos, mão de obra, alimentação etc.. Na visão de Aristóteles, o menos racional ou o menos perfeito existe para o mais racional ou mais perfeito e, assim, criou-se uma escala hierárquica com base no critério da razão, em que supostamente as plantas existem para os animais e os animais para o homem.

[...] as plantas existem para os animais como os animais para o homem. Dos animais, os que podem ser domesticados destinam-se ao uso diário e à alimentação do homem, e dentre os selvagens, a maior parte pelo menos, senão todos, lhe fornece alimentos e outros recursos, como vestuários e uma porção de objetos de utilidade; e, pois, se a natureza nada faz em vão e sem um objetivo, é claro que ela deve ter feito isso para o benefício da espécie humana (ARISTÓTELES, 2020, p. 19).

Aristóteles sustenta a existência de uma hierarquia natural fundamentada pelos critérios da razão, inteligência e linguagem, considerados como atributos superiores que distinguem o homem dos outros animais. Apesar da superioridade conferida ao ser humano por Aristóteles, este não nega que o homem seja um animal e o define como “animal político” (ARISTÓTELES, 2020, p.10). Para o autor, as habilidades linguísticas dos seres humanos lhes conferem a capacidade de discernimento e os fazem superiores aos outros animais que são incapazes de discernir sobre o que é correto e o que é incorreto. Assim, considera a razão e a inteligência do homem o mais excelente feito da natureza.

[...] A natureza, dizemos, nada fez em vão. O homem só, entre todos os animais, tem o dom da palavra; a voz é o sinal da dor e do prazer, e é por isso que ela foi também concedida aos outros animais. Estes chegam a experimentar sensações de dor e de prazer, e a fazer compreender uns aos outros. A palavra, porém, tem por fim fazer compreender o que é útil ou prejudicial, e, em consequência, o que é justo ou injusto. O que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem [...] Porque o homem, tendo atingido a sua perfeição, é o mais excelente de todos os animais (ARISTÓTELES, 2020, p. 11).

Portanto, para Aristóteles a racionalidade é o fator chave que determina a relação de dominação-subordinação, não apenas em se tratando de outros animais, mas também quanto aos indivíduos da mesma espécie. Por isso, a escravidão é uma consequência lógica de seu argumento:

Há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros como o corpo o é em relação à alma, ou a fera ao homem; são os homens nos quais o emprego da força física é o melhor que deles se obtém. Partindo dos nossos princípios, tais indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão [...]. A utilidade dos escravos é mais ou menos a dos animais



domésticos: ajudam-nos com sua força física em nossas necessidades cotidianas (ARISTÓTELES, 2020, pp. 14-15).

Quase dois mil anos depois a visão em relação à escravização de raças mudou, mas o tratamento dado aos animais não humanos permaneceu essencialmente o mesmo.

### **1.3 Idade Antiga: romanos**

Na Roma Antiga, o Estoicismo retoma as ideias de uma alimentação com abstinência de carne. O filósofo Quinto Sêxtio (fl. 40 a.C) argumentava que a humanidade podia contar com uma variedade de alimentos suficientes e, portanto, não havia a necessidade de matar animais. Acreditava que a alimentação carnívora poderia ser nociva à saúde e que ao se cultivar o prazer de dilacerar a carne a crueldade tornaria-se um hábito entre os homens. Retomam-se também as ideias de Pitágoras ao se abster de carnes, especialmente por acreditar na migração da alma dos homens, após a morte, para o corpo dos animais (metempsicose). Assim, dizia Pitágoras, ao se alimentar da carne de um animal podemos ser responsáveis por provocar a morte àquele em que reside a alma de um parente.

[...] Sêxtio entendia que o homem dispõe de alimentos suficientes sem precisar de causar mortes; além disso, quando se cria o prazer de dilacerar a carne dos animais, facilmente a crueldade se torna num hábito. Prosseguia afirmando a necessidade de se limitarem os prazeres dos sentidos, e concluía dizendo que a variedade de alimentos é nociva à saúde e contrária à nossa constituição física. Pitágoras, por seu lado, afirmava o parentesco absoluto entre todos os seres vivos, a ligação entre todas as almas e a respectiva transmigração de corpo para corpo. A crer no que ele diz, nenhuma alma perece nem cessa de agir senão durante o breve espaço de tempo em que passa de um corpo para outro. [...] Pitágoras incutiu nos homens o medo de cometerem um crime, um parricídio, pois é possível inadvertidamente darmos com a alma de um parente e violar, matando-o ou comendo-o, o corpo em que de momento se alberga o espírito desse nosso familiar (SÊNECA, 2004, p. 325).

Contudo, o Império Romano é um período marcado pela massiva crueldade aos animais, simbolizados principalmente pelas práticas dos jogos nas arenas, onde animais eram forçados a brigar entre si ou a enfrentar gladiadores em um jogo de vida ou morte, aplaudido por milhares de espectadores. Apesar da forma mais popular de entretenimento em Roma, na época, se tratar de assistir animais e

homens lutarem até a morte, os romanos não eram um povo destituído de preocupações morais ou senso de justiça. Contudo, os animais não humanos e algumas “classes” de seres humanos, como escravos e prisioneiros de guerra, encontram-se fora da esfera de consideração moral. Assunto que os autores defensores da causa animal irão retomar no século XX: a inserção dos animais não humanos no julgamento moral.

#### 1.4 Idade Média

No período medieval, Tomás de Aquino (1225 - 1274) em sua extensa obra *The Summa Theologica* faz uma tentativa de reunir os conhecimentos teológicos e conciliá-los com os pensamentos filosóficos, influenciado especialmente por Aristóteles. Aquino analisa a proibição cristã ao ato de matar e se tal princípio se aplica aos animais não humanos e conclui:

Não há pecado em usar uma coisa para o propósito a que se destina. Ora, a ordem das coisas é tal que os imperfeitos vão para os perfeitos, assim como no processo de geração a natureza avança da imperfeição para a perfeição. Consequentemente, assim como na geração de um homem há primeiro uma coisa viva, depois um animal e, por último, um homem, também as coisas, como as plantas, que apenas têm vida, são todas iguais para os animais, e todos os animais são para o homem. Portanto, não é ilegítimo se o homem usar as plantas para o bem dos animais, e os animais para o bem do homem, como afirma o Filósofo [Aristóteles] (Polit. I, 3). Agora, o uso mais necessário parece consistir no fato de que os animais usam as plantas, e os homens usam os animais para se alimentar, e isso não pode ser feito a menos que estes sejam privados de vida: portanto, é legítimo ambos tirar vida das plantas para o uso de animais, e de animais para uso dos homens. Na verdade, isso está de acordo com o mandamento do próprio Deus: pois está escrito (Gn. 1: 29-30): “Eis que vos tenho dado todas as ervas. . . e todas as árvores. . . para ser a vosso alimento, e para todos os animais da terra ”: e novamente (Gn. 9: 3): “Cada coisa que se move, que vive, vos servirá de alimento; assim como a erva verde, eu lhe dei todas as coisas” (AQUINO, 2014, II,II, Q63, art.1, tradução nossa).

A questão para Aquino não é a necessidade em si de matar animais para alimentação que a torna justificável, mas o direito que os “mais perfeitos” têm sobre os “menos perfeitos”. Mesmo a crueldade com animais não era condenada pelo autor, uma vez que não era tratada como um pecado, pois pecados se caracterizam apenas em ações cometidas a Deus, ao próximo e a si mesmo (Aquino, 2014, I, II, Q72, art. 4). Portanto, a conduta dos seres humanos para com os outros animais

encontra-se fora desse esquema moral e está livre de qualquer julgamento moral, tanto para o que é errado quanto para o que é correto. Na interpretação de Aquino, o tratar bem aos animais não pode nem ser considerado como um ato de caridade. Para o autor, a caridade não é aplicável às criaturas irracionais, uma vez que “o amor da caridade não se estende a ninguém, mas a Deus e ao próximo” e não pode ser estendido a “criaturas irracionais” (AQUINO, 2014, II, II, Q25, art. 3).

O filósofo parece isentar os seres humanos de qualquer responsabilidade quanto ao tratamento oferecido aos animais irracionais, uma vez que os atos de crueldade não são condenáveis em si mesmo e atos de bondade não possuem valor moral. Apenas podemos zelar pelos animais se os considerarmos como benefícios aos outros.

No entanto, podemos amar as criaturas irracionais por caridade, se as considerarmos como as coisas boas que desejamos para os outros, a saber, como desejamos a sua preservação, para honra de Deus e uso do homem; assim também Deus os ama por caridade (AQUINO, 2014, II, II, Q25, art. 3, tradução nossa)

Tomás de Aquino define o afeto do homem como tendo duas possíveis origens: a razão ou a paixão. Em relação aos animais, quando se trata de afeto movido pela razão, justifica:

Se a afeição de um homem for racional, não importa como o homem se comporta com os animais, porque Deus sujeitou todas as coisas ao poder do homem, de acordo com o Sal. 8: 8: “Tudo sujeitou debaixo dos seus pés”: e é neste sentido que o Apóstolo diz que “Deus não tem cuidado com os bois”; pois Deus não pergunta ao homem o que ele faz com os bois ou outros animais (AQUINO, 2014, II, I, Q102, art. 6, tradução nossa).

Quanto ao afeto movido pela paixão, o autor não nega que os animais sejam passíveis de dor, porém não considera a dor dos animais em si como moralmente relevante para ser digna da piedade dos homens, mas sim, o efeito que a bondade com os animais têm nos homens. Assim, explica:

[...] a paixão da piedade é causada pelas aflições de outros; e como acontece que mesmo os animais irracionais são sensíveis à dor, é possível que surja no homem o afeto da piedade em relação aos sofrimentos dos animais. Agora, é evidente que se um homem praticar uma afeição piedosa pelos animais, ele estará ainda mais disposto a ter pena de seus semelhantes: portanto está escrito (Pv 11:10): “O justo zela pela vida de suas bestas” (AQUINO, 2014, II, I, Q102, art. 6, tradução nossa).

Em suma, Tomás de Aquino representa a visão predominante do período medieval no qual os animais são tratados exclusivamente como meios para os fins humanos, sendo a ausência da razão o fator determinante que justifica negar valor moral aos animais e atribuir-lhes apenas valor instrumental.

## 1.5 Renascimento

O Renascimento e o movimento Humanista vão de encontro com as premissas religiosas que regiam os períodos antigo e medieval, contudo, o status dos animais permanece, mais uma vez, inalterado. O Humanismo foi fortemente marcado pelo enaltecimento do valor e da dignidade do homem, colocando os seres humanos no centro do Universo - antropocentrismo. A superioridade do homem é frequentemente comparada com os “animais inferiores” pelos autores da época.

Em contrapartida, Michel de Montaigne (1533 - 1592) critica os postulados antropocêntricos renascentistas ao tratar das diversas semelhanças entre os humanos e os outros animais. E defende a crueldade com os animais como errada em si mesma, independente dos seus efeitos sobre os seres humanos. Conforme descreve:

De minha parte, não posso sem pesar ver tanto quanto uma besta inocente perseguida e morta que não tem defesa e da qual não recebemos nenhuma ofensa; e o que freqüentemente acontece, que o cervo que caçamos, encontrando-se fraco e sem fôlego, e não vendo outro remédio, se entrega a nós que o perseguimos, implorando misericórdia com suas lágrimas: "Quem, sangrando, por suas lágrimas parece desejar misericórdia." [Eneida de Virgílio]. Sempre foi para mim uma visão muito desagradável; e dificilmente pego um animal vivo que não o liberte novamente. Pitágoras os comprou de pescadores e caçadores de pássaros para fazer o mesmo: "Eu acredito que foi a matança de feras que primeiro manchou o aço do homem com sangue." [Metamorfoses de Ovídio] Aqueles que são sanguinários para com os animais descobrem uma tendência natural para a crueldade. Depois de se acostumarem em Roma aos espetáculos de matança de animais, passaram para os de matança de homens, de gladiadores. A própria natureza, temo eu, imprimiu no homem uma espécie de instinto de desumanidade; ninguém tem prazer em ver os animais brincar e acariciar uns aos outros, mas todos ficam encantados ao vê-los se desmembrarem e se despedaçarem. [...] a própria teologia nos ordena algum favor em seu nome; e considerando que um mesmo Senhor nos alojou juntos neste palácio para o seu serviço, e que eles, assim como nós, somos de sua família, tem motivos para nos recomendar algum afeto e consideração por eles [...] Devemos justiça aos homens, e solicitude e benevolência a outras criaturas que são capazes dela (MONTAIGNE, 2012, pp. 367-369, tradução nossa).

Assim, Montaigne parece ser um dos primeiros autores a aceitar o sofrimento dos animais como moralmente relevante e expressar algum tipo de dever relacionado à forma como os animais deveriam ser tratados. Apesar dos trabalhos de Montaigne, a visão prevalente do período permaneceu a da superioridade do Homem e inferioridade dos animais. E não houve nenhuma mudança significativa no status dos animais não humanos, mas, ao contrário, o valor moral dos animais acabou por se deteriorar ainda mais com o desenvolvimento da ciência mecanicista liderada por Descartes.

## 1.6 Idade Moderna e Contemporânea

René Descartes (1596 - 1650), responsável pelo desenvolvimento do mecanicismo na ciência moderna, defendia que tudo que consiste em matéria é governado pelos princípios da ciência mecânica. E compara o funcionamento dos corpos ao de máquinas, no qual diferencia as máquinas criadas pelo homem daquelas criadas por Deus:

[...] O que não provocará nenhuma estranheza em quem, sabendo quantos autômatos diferentes, ou máquinas que se movem, a habilidade dos homens pode fabricar com muito poucas peças em comparação com o grande número de ossos, músculos, nervos, artérias, veias e mais partes do corpo de cada animal, considerar este corpo como uma máquina que, saída das mãos de Deus, é incomparavelmente mais bem ordenada e tem em si movimentos mais admiráveis que qualquer das que os homens possam inventar (DESCARTES, 2019, pp. 33-34).

Para Descartes, os homens se diferenciam dos animais pela existência da alma. Ambos os corpos sejam de seres humanos ou de animais são constituídos de matéria, mas somente os homens possuem uma alma imaterial e, portanto, imortal. Dada a ausência de alma, Descartes atribui uma maior proximidade dos animais com as máquinas do que com o homem. Isso leva o autor a se referir aos animais como “autômatos”:

E detivera-me em particular neste assunto, para mostrar que, se algumas dessas máquinas tivessem os órgãos e a forma exterior dum macaco ou de qualquer outro animal irracional, não teríamos meios de as diferenciar desses animais. [...] É também muito curioso que, existindo muitos animais que em algumas das suas ações revelam mais habilidade do que nós, em

muitas outras, todavia, carecem por completo dela: de maneira que o que fazem melhor do que nós não prova que tenham espírito; porque, por esse critério, tê-lo-iam mais do que nós e procederiam sempre melhor em tudo; pelo contrário, isso só prova que não o têm e que é a natureza que atua neles segundo a disposição dos seus órgãos, como acontece com um relógio que, composto apenas de rodas e de molas, pode contar as horas e medir o tempo mais rigorosamente do que nós, com toda a nossa cautela (DESCARTES, 2019, pp. 34-35).

Descartes associa a posse da alma imortal também à existência de sentimentos e interesses, o que acaba por condenar os animais a uma vida sem alma, razão ou sensibilidade e, conseqüentemente, degradar seu status já bastante desvalorizado à categoria de “coisas”. Conforme argumenta o autor:

[...] a alma racional não pode ser, de modo algum, derivada do poder da matéria, mas deve expressamente ter sido criada; não basta que esteja alojada no corpo humano, como um piloto no seu navio, talvez para mover os seus membros, mas que é preciso, para ter, além disso, sentimentos e apetites semelhantes aos nossos e dessa maneira formar um verdadeiro homem, que esteja junta e mais estreitamente unida a ele. [...] supor que a alma dos animais é de natureza idêntica à nossa, resultaria que não teríamos a que temer nem a que esperar depois desta vida, como acontece às moscas e às formigas (DESCARTES, 2019, p. 35).

A teoria de Descartes influenciou o desenvolvimento da experimentação animal na ciência e suas premissas serviram como base para justificar os mais diversos experimentos. Como é testemunhado pelo trecho a seguir uma vivissecção realizada em cachorros no seminário francês de Port-Royal em 1738:

Eles batiam em cães com total indiferença e zombavam daqueles que tinham pena das criaturas como se sentissem dor. Eles disseram que os animais eram relógios; que os gritos que emitiam ao serem atingidos eram apenas o ruído de uma pequena mola que havia sido tocada, mas que todo o corpo não tinha sensibilidade. Eles pregavam os pobres animais em tábuas com suas quatro patas para vivissecá-los e ver a circulação do sangue, que era um grande assunto de conversa (ROSENFELD, apud SINGER, 2015, p. 294, tradução nossa).

A partir do final do século XVII, a experimentação animal emerge como uma forte tradição fundamentada pela noção de que os animais eram incapazes de sentir dor. Nesse contexto, os fisiologistas franceses François Magendie (1773-1855) e seu sucessor Claude Bernard (1813-1878) são conhecidos por revolucionar o método científico ao instituir os experimentos com animais vivos como prática comum. Claude Bernard descreve a vivissecção como “a arte de levar a observação aos órgãos mais profundos dos animais” (ORLANS, 1993, pp. 3-19).

Apesar de tudo, a experimentação animal parece ter contribuído para a mudança de atitude em relação aos animais uma vez que tal prática revelou a similaridade fisiológica com os seres humanos e tornou a ideia da ausência de sensibilidade dos animais, como defendida por Descartes, menos plausível.

Isso pode ser verificado, por exemplo, a partir do filósofo francês Voltaire (1694-1778), que apresenta já em sua obra *Dicionário Filosófico* críticas à visão mecanicista de Descartes em relação aos animais:

Que néscio é afirmar que os animais são máquinas privadas do conhecimento e de sentimentos, agindo sempre de igual modo, e que não aprendem nada, não se aperfeiçoam, etc.! (VOLTAIRE, 1935, p.48).

Voltaire se baseia na semelhança fisiológica com os humanos para questionar a suposta falta de sensibilidade atribuída aos animais, e questiona: se o aparato sensitivo presente nos seres humanos está presente também nos animais e os primeiros possuem todas as capacidades sensitivas, por que não também os animais?

Algumas criaturas bárbaras agarram esse cão, que excede o homem em sentimentos de amizade; pregam-no numa mesa, dissecam-no vivo ainda, para te mostrarem as veias mesentéricas. Encontras nele todos os órgãos das sensações que também existem em ti. Atreve-te agora a argumentar, se és capaz, que a natureza colocou todos estes instrumentos do sentimento no animal, para que ele não possa sentir? Dispõe de nervos para manter-se impassível? Que nem te ocorra tão impertinente contradição da natureza (VOLTAIRE, 1935, p.49).

Voltaire não concorda com a visão de alma de Descartes e que os animais não a possuam. Para Descartes, a noção de alma está ligada principalmente à racionalidade e às habilidades de linguagem, características que distinguem os homens dos animais. Voltaire discorda da necessidade de linguagem como requisito para aceitar que um ser seja dotado de sensações e interesses. E mais uma vez questiona:

É só por eu ser dotado de fala que julgas que tenho sentimentos, memória, ideias? Pois bem, não te direi nada; mas vê-me entrar em casa com um ar preocupado, aflito, andar a procurar um papel qualquer com nervosismo, abrir a secretária onde me recorda tê-lo guardado, encontrá-lo afinal, lê-lo jubilosamente. Calculas que passei de um sentimento de aflição para outro de prazer, que sou possuidor de memória e conhecimento. Transfere agora esse teu raciocínio, por comparação, para aquele cão que se perdeu do dono, que o procura por todos os lados soltando latidos dolorosos, que entra em casa, agitado, inquieto, que sobe e que desce, percorre as casas,

umas após outras, até que acaba, finalmente, por encontrar o dono de que tanto gosta no gabinete dele e ali lhe manifesta a sua alegria pela ternura dos latidos, em pródigas carícias (VOLTAIRE, 1935, p. 48).

A partir desse momento, os animais passaram a conquistar algum espaço nas reflexões morais, não no sentido de direitos mas quanto ao tratamento ao qual deveriam ser submetidos. Assim, propagou-se a ideia do uso benevolente dos animais, mas seu status moral permaneceu restrito a um valor instrumental e utilitário que pertencem a outrem. Como bem representado pelo filósofo David Hume (1711-1776):

[...] devemos ser obrigados pelas leis da humanidade a dar um uso gentil a essas criaturas, mas não devemos estar sob qualquer restrição de justiça com respeito a elas, nem eles podem possuir qualquer direito ou propriedade. Nosso relacionamento com eles não poderia ser chamado de sociedade, o que supõe um certo grau de igualdade; mas o comando absoluto de um lado e a obediência servil do outro (HUME, 2019, p. 808, tradução nossa).

Nota-se um reconhecimento gradual das capacidades dos animais não humanos que passaram de simples autômatos sem sensibilidade alguma, como defendido por Descartes, a seres dotados de sensações e interesses, segundo Voltaire. Finalmente, em um novo avanço, Hume reconhece a existência de princípios cognitivos nos animais como a habilidade de aprendizagem e de relacionar experiências passadas:

Parece evidente que os animais, assim como os homens, aprendem muitas coisas com a experiência [...] podemos observar que o animal infere algum fato além do que imediatamente atinge seus sentidos; e que essa inferência é totalmente fundada na experiência passada (HUME, 2019, pp. 726-727, tradução nossa).

Hume discorda da noção de superioridade da razão humana como adotada no Renascimento e no Iluminismo. E apresenta em sua obra de 1748, *Investigação Sobre o Entendimento Humano*, um capítulo denominado "A razão dos animais". Nele, Hume defende o conceito de *raciocínio experimental*, o qual seria o processo cognitivo utilizado para a tomada de decisões cotidianas, baseado no hábito e na repetição, e que estaria presente também nos animais não humanos. Portanto, na visão do autor, a razão seria uma espécie de instinto, conforme explica:

Os animais, portanto, não são guiados nessas inferências pelo raciocínio: Nem as crianças: Nem a generalidade da humanidade, em suas ações e



conclusões comuns [...] A natureza deve ter fornecido algum outro princípio, de uso e aplicação mais prontos e gerais; nem pode uma operação de consequências tão imensas na vida, como a de inferir efeitos de causas, ser confiada ao processo incerto de raciocínio e argumentação. [...] o próprio raciocínio experimental, que possuímos em comum com os animais, e do qual depende toda a conduta da vida, nada mais é do que uma espécie de instinto ou poder mecânico, que atua em nós desconhecido por nós mesmos; e em suas operações principais, não é dirigido por quaisquer relações ou comparações de ideias, como são os objetos próprios de nossas faculdades intelectuais (HUME, 2019, p. 728, tradução nossa).

O autor defende a existência não apenas de uma parte racional compartilhada entre seres humanos e animais como citado acima, mas também as emoções, sentimentos e relações sociais dos animais a partir do conceito de simpatia, ou seja, a capacidade de comunicação das emoções. Assim:

É evidente que a simpatia, ou a comunicação de paixões, ocorre entre os animais, não menos do que entre os homens. Medo, raiva, coragem e outras afeições são frequentemente comunicadas de um animal para outro, sem o conhecimento da causa que produziu a paixão original. A dor também é recebida pela simpatia; e produz quase todas as mesmas consequências e excita as mesmas emoções que em nossa espécie. Os uivos e lamentações de um cão produzem uma preocupação sensível em seus companheiros. E é notável que, embora quase todos os animais usem nas brincadeiras o mesmo membro e quase a mesma ação que na luta; um leão, um tigre, um gato com as patas; um boi seus chifres; um cachorro seus dentes; um cavalo em seus calcanhares: No entanto, eles evitam com muito cuidado ferir seu companheiro, embora não tenham nada a temer de seu ressentimento; o que é uma prova evidente do sentido que os brutos têm da dor e do prazer uns dos outros (HUME, 2019, p. 415, tradução nossa).

As publicações de Voltaire e Hume contribuíram para uma maior consideração pelos animais ao defenderem suas capacidades e habilidades enquanto seres vivos, trazendo os animais para as discussões morais em relação a como devem ser tratados. No entanto, essa visão estava longe de ser unânime.

Immanuel Kant (1724-1804) reforça o status dos animais como meros meios para os fins humanos ao argumentar que apenas o ser humano pode ser um fim em si mesmo. E qualquer dever para com os animais é um dever para com a humanidade, ou seja, um dever indireto. Conforme explica o autor:

[...] todos os animais existem apenas como meios, e não por si próprios, no sentido de que não têm autoconsciência, enquanto o homem é o fim, de modo que não posso mais perguntar: Por que ele existe?, como pode ser feito com os animais, segue-se que não temos obrigações imediatas para com os animais; nossos deveres para com eles são deveres indiretos para com a humanidade [...]. Então, se um homem dá um tiro em seu cachorro, porque ele não pode mais servi-lo, ele não está de forma alguma violando

qualquer dever para com o cão, uma vez que este é incapaz de julgamento, mas com isso prejudica as qualidades gentis e humanas em si mesmo, que ele deve exercer em virtude de seus deveres para com a humanidade [...] pois uma pessoa que já exhibe tal crueldade para com os animais pode também se tornar cruel para com os homens [...]. Assim, nossos deveres para com os animais são indiretamente deveres para com a humanidade. [...] Portanto, quando anatomistas levam animais vivos para fazer experiências, isso certamente é crueldade, embora seja empregada com um bom propósito; porque os animais são considerados instrumentos do homem, é aceitável (KANT, 1997, p. 213, tradução nossa).

A questão para Kant não é que os animais não sejam capazes de sentir e sofrer como afirmava Descartes, mas que lhes causar sofrimento é aceitável, pois os animais são, afinal, instrumentos que existem para uso do homem. Em suma, o autor subjuga os animais não humanos como meros recursos para os fins humanos sob a justificativa de que eles não possuem racionalidade e autoconsciência.

Em contrapartida, Jeremy Bentham (1748-1832) - contemporâneo de Kant - em sua obra *Introdução aos Princípios da Moral e Legislação* trata pela primeira vez da capacidade de sentir dos animais como sendo o suficiente para considerarmos seus interesses. E se refere ao tratamento do homem perante os outros animais como “tirania” ao invés da dominação legítima como defendida anteriormente. Bentham compara a situação dos animais com a escravidão negra e diz:

Pode chegar o dia em que o resto da criação animal pode adquirir aqueles direitos que nunca poderiam ter sido negados a eles, mas pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que a negritude da pele não é razão para que um ser humano deva ser abandonado sem reparação ao capricho de um atormentador. Pode ser que um dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do sacro são motivos igualmente insuficientes para abandonar um ser sensível ao mesmo destino. O que mais deve traçar a linha insuperável? É a faculdade da razão ou talvez a faculdade do discurso? Mas um cavalo ou cachorro adulto é, sem comparação, um animal mais racional, bem como mais conversável, do que uma criança de um dia, de uma semana ou mesmo de um mês. Mas suponha que fossem de outra forma, de que adiantaria? A questão não é: eles podem raciocinar? nem eles podem falar? mas, eles podem sofrer? (BENTHAM, 1907, p. 384, tradução nossa).

Embora Bentham defendesse a consideração dos interesses dos animais, não nega aos homens o direito de se alimentar deles:

Há uma razão muito boa pela qual devemos ser tolerados a comer deles como gostamos de comer; nós somos os melhores por isso, e eles nunca são os piores. Eles não têm nenhuma daquelas antecipações longamente prolongadas da miséria futura que temos. A morte que eles sofrem em nossas mãos geralmente é, e sempre pode ser, a mais rápida e, portanto,

menos dolorosa do que aquela que os aguardaria no curso inevitável da natureza (BENTHAM *apud* SINGER, 2015, p. 305, tradução nossa).

Ainda assim, o fato do autor simplesmente reconhecer que os animais não humanos possuem interesses, mesmo se incapazes de raciocinar, é revolucionária para época, na qual desde os tempos de Aristóteles, trata da razão como pré-requisito para qualquer consideração moral.

As publicações de Charles Darwin (1809-1882) e a aceitação científica da Teoria da Evolução colocam os homens e os animais no mesmo patamar na evolução das espécies e reforça as semelhanças entre animais humanos e não humanos de forma que a ideia da divindade dos seres humanos e a crença de que os animais foram criados em seu benefício se torna cada vez menos defensável. Conforme diz o autor em sua obra *A Descendência do Homem*, publicada em 1871:

Não obstante, a diferença mental entre o homem e os animais superiores, por maior que seja, certamente é de grau e não de espécie. Vimos que os sentidos e as intuições, as várias emoções e faculdades, como o amor, a memória, a atenção, a curiosidade, a imitação, a razão, etc., de que o homem se orgulha, podem ser encontrados em uma condição incipiente, ou até mesmo às vezes bem desenvolvida, nos animais inferiores (DARWIN, 1871, p. 82, tradução nossa).

A teoria da Evolução Darwiniana revolucionou a forma de pensar as relações entre humanos e animais na ciência ao colocá-los lado a lado na escala evolutiva. E ao ressaltar que existem mais semelhanças do que diferenças entre animais humanos e não humanos, abriu espaço para as discussões sobre como estes animais, tão semelhantes a nós, são tratados de forma tão diferentes de nós.

Durante o século XX, a visão de mundo cartesiana dominou o pensamento científico ocidental e, ainda hoje, as ciências - inclusive as Ciências Biológicas - aderem ao paradigma mecanicista, embora seus princípios físicos já tenham sido superados. A concepção cartesiana dos organismos vivos como se fossem máquinas, constituídos de partes separadas, que podem ser entendidos se reduzidos a seus constituintes menores, permanece na base do pensamento biológico contemporâneo. O método cartesiano trouxe progressos significativos especialmente nas áreas da genética e biologia molecular, as quais continuam sendo as maiores fontes de novas descobertas no campo das Ciências Biológicas

atualmente. O êxito da abordagem reducionista em produzir resultados para a ciência fez com que os problemas que não possam ser resolvidos nesses termos sejam negligenciados nas pesquisas científicas. O físico teórico Fritjof Capra, ao analisar a influência do pensamento cartesiano no desenvolvimento da biologia, argumenta que a visão reducionista acarretou uma distorção na pesquisa biológica, na qual verbas são destinadas à obtenção de soluções rápidas e estudos de tópicos em alta, enquanto importantes problemas teóricos que não se prestam à abordagem reducionista são ignorados (CAPRA, 2012, p.101). Por conseguinte, questões teóricas que dizem respeito à ética animal constituem um campo de estudo quase sempre negligenciado na Biologia. Salvo se reduzido a partes menores, e segmentadas como a zoologia, fisiologia, etologia e ecologia, áreas que fornecem o conhecimento necessário para inserir o problema de como os animais são tratados na sociedade nos temas de pesquisa biológica. Mas que, como prova da limitação da visão reducionista, o fato da ciência tratar dessas questões isoladamente acaba por descaracterizar o problema como um todo. Os trabalhos da pesquisadora Paula Brügger trazem uma proposta de abordagem interdisciplinar ao tema, conectando a educação ambiental e a ética visando maior abrangência às questões animais no ensino de biologia (BRÜGGER, 2004; 2019). Contudo, os currículos tradicionais ainda oferecem resistência tanto à interdisciplinaridade quanto ao maior protagonismo da ética no ensino das Ciências Biológicas.

Por meio desta retrospectiva histórica, nota-se a consolidação da visão de que as questões humanas devem sempre ser tomadas como prioritárias em relação às questões animais, independente da forma como as duas espécies serão afetadas. Enquanto a maneira de pensar os animais hoje difere consideravelmente daquela antes vista no passado, na prática, ainda são necessárias mudanças consideráveis na forma como a maioria dos animais não humanos são tratados. Apesar de os animais não estarem mais completamente à margem da esfera moral como antigamente, o reconhecimento da moralidade dos animais permanece na esfera ideológica. A conduta moral do passado continua enraizada na sociedade e a exercer sua influência na relação de dominação entre humanos e não humanos.

## 2 O STATUS MORAL DOS ANIMAIS NA ÉTICA DE PETER SINGER

Conforme exposto no capítulo anterior, no decorrer da história os animais não humanos permaneceram à margem da esfera de consideração moral e negligenciados nos principais debates éticos. Apenas no final do século XX, os animais passaram a ocupar uma posição de maior destaque entre as discussões filosóficas. Peter Singer, filósofo utilitarista fortemente influenciado por Bentham, inseriu a questão de como devemos tratar os animais nos debates éticos contemporâneos. A partir de sua obra *Libertação Animal*, publicada em 1975, o autor desenvolve uma concepção da ética da qual emerge o *princípio da igual consideração de interesses*, princípio que se tornou a base de sua teoria ética. Em *Ética Prática*, publicada sequencialmente em 1980, Singer discute amplamente as implicações decorrentes da adoção desse princípio, que é utilizado para esclarecer questões relacionadas à igualdade dos seres humanos e suas consequências para os animais não humanos, além de diversos outros assuntos como aborto, terrorismo e mudanças climáticas. Os trabalhos de Singer discutem profundamente o tema da moralidade dos animais e deram origem a um novo campo de estudos na filosofia e na bioética: a Ética Animal.

### 2.1 Bases da Ética de Peter Singer

Peter Singer adota uma concepção consequencialista da ética que, ao contrário da ética deontológica, não se baseia em um conjunto de normas e regras morais, mas em objetivos e, deste modo, a abordagem consequencialista avalia se uma ação é boa ou ruim de acordo com o quanto ela favorece determinado objetivo. As consequências de uma ação variam conforme as circunstâncias. Para um consequencialista, o ato de mentir, por exemplo, será negativo em algumas circunstâncias e positivo em outras, a depender das consequências geradas. Em situações ordinárias, pode ser errado mentir, porém, em situações extremas, na qual mentir pode salvar vidas inocentes, a mentira seria considerada a ação correta a ser realizada. Singer argumenta que os deontologistas ao pensarem a ética como um sistema de normas do tipo “é errado mentir”, precisam constantemente criar normas

mais complexas e específicas e classificá-las em categorias hierárquicas, a fim de resolver conflitos práticos. O autor defende que uma visão da ética norteada pelas consequências não poderá ser devidamente acusada de falta de realismo nem da adesão a ideais que desprezem a experiência prática (SINGER, 2018, p. 21).

O utilitarismo é a teoria consequencialista mais conhecida e o autor adota o utilitarismo preferencial como posição ética. Isso significa dizer que para um utilitarista preferencial como Peter Singer, qualificar uma ação e obter as melhores consequências é promover o que, no geral, promove a satisfação das preferências dos envolvidos.

O utilitarismo preferencial parte de uma ética universal, representada pela fórmula conhecida de Jeremy Bentham: “*each counts for one and none for more than one*” [cada um conta por um e nenhum por mais de um]. Singer defende a universalidade da ética e argumenta que ao admitir que os juízos éticos devam ser formados a partir de um ponto de vista universal, deve-se aceitar que as necessidades, vontades e desejos de uma pessoa, simplesmente por serem suas preferências, não podem contar mais que as necessidades, vontades e desejos de outra pessoa. Portanto, o interesse perfeitamente natural de alguém de que sejam preservadas suas preferências, ao pensar eticamente, essas preferências devem, obrigatoriamente, ser estendidas às preferências de outras pessoas (SINGER, 2018, p. 33-34). Em suma, para que uma decisão ética seja tomada é preciso ponderar as preferências de todos os afetados e adotar o curso de ação que provavelmente maximizará a satisfação das preferências dos indivíduos envolvidos, isto é, as melhores consequências, no saldo geral, para todos os afetados.

## **2.2 O Princípio da igual consideração de interesses**

Em se tratando dos animais não humanos, a teoria ética de Singer se dá como uma extensão dos princípios morais que deveriam ser aplicados aos humanos, por razões que serão demonstradas no decorrer deste capítulo.

Peter Singer, para tratar da igualdade para os animais, antes, investiga os fundamentos éticos do princípio de igualdade para os seres humanos. A questão central para o autor é a dificuldade de estabelecer uma base factual para sustentar

que os seres humanos são todos iguais. Uma vez que os seres humanos diferem entre si em uma infinidade de características, sejam físicas, intelectuais ou emocionais, o que exatamente estabelece a base de igualdade entre os seres humanos?

Visando responder a essa questão, o autor investiga a teoria de John Rawls em *A Theory of Justice*, publicada originalmente em 1971, e uma das obras mais importantes de filosofia política das últimas décadas. No que se refere às questões relacionadas à igualdade, John Rawls propõe o uso da “personalidade moral” como base para se estabelecer um tratamento “igual”. Rawls entende por personalidade moral alguém que tenha senso de justiça, propriedade que, em sua concepção, praticamente todos os seres humanos possuem, e a possuem de forma igual.

Contudo, considerar a personalidade moral como base factual da igualdade parece não resolver o problema. A principal objeção a esse princípio, denominado “argumento dos casos marginais”, é a de que nem todos os seres humanos são pessoas morais, por exemplo, crianças pequenas, idosos senis ou deficientes mentais carecem do senso de justiça necessário para sustentar seu status enquanto “personalidades morais”. Isso significaria tratá-los de forma desigual? Não é essa a noção comumente defendida pelo princípio da igualdade. Portanto, conclui Singer, a posse de uma personalidade moral não oferece uma base satisfatória para o princípio de que todos os seres humanos são iguais.

Em suma, a posição de Singer em relação ao conceito de igualdade é que “a igualdade é um princípio ético básico, e não a enunciação de um fato” (SINGER, p. 44). A conclusão do autor tem como base a universalidade dos juízos éticos, na qual deve-se extrapolar o ponto vista de um indivíduo ou grupo e levar em consideração os interesses de todos os afetados. Assim, se não existe uma base factual que sustente a igualdade, considerar que os seres humanos são todos iguais é, na verdade, tratar igualmente seus interesses e/ou preferências.

Singer defende que o princípio da igualdade é, na realidade, o *princípio da igual consideração de interesses*. A essência desse princípio está em atribuir o mesmo peso aos interesses semelhantes de todos os envolvidos em uma ação. Ou seja, se X e Y são afetados por uma ação de forma que X seria mais prejudicado do que Y seria beneficiado, o correto seria não praticar a ação. Isso significa considerar

igualmente os interesses de X e Y e não que X e Y sejam, factualmente, iguais. Dessa forma, ao se praticar tal ação, conforme as consequências descritas, se estaria agindo em desigualdade ao priorizar os interesses de Y em detrimento dos interesses de X. O princípio da igual consideração de interesses atua como uma balança, pesando imparcialmente os interesses. O ponteiro da balança favorece o lado em que o interesse for mais forte, mas não leva em consideração de quem são os interesses que estão na balança. Este princípio não permite que a consideração dos interesses dos envolvidos em uma ação dependa de suas capacidades ou características, exceto a capacidade de ter interesses.

Portanto, o princípio da igual consideração de interesses pode ser uma forma defensável do princípio no qual todos os seres humanos são iguais, uma forma que podemos usar ao discutir questões mais polêmicas sobre igualdade (SINGER, 2018, p.48).

Singer explica que a igual consideração de interesses é um princípio mínimo de igualdade, no sentido de que não impõe necessariamente um tratamento igual. Por exemplo, em se tratando do interesse de ter a dor física aliviada, imaginemos uma situação hipotética em que após um terremoto temos duas vítimas: pessoa A e pessoa B. A pessoa A está em intensa agonia, pois teve sua perna esmagada e a pessoa B teve um leve ferimento na coxa. O médico possui apenas duas doses de morfina. O tratamento igual significaria dar uma dose para cada pessoa, porém a consequência disso seria que A continuaria sentindo muita dor pois uma dose não seria suficiente para aliviar seu sofrimento e B estaria completamente livre de dor. Ao adotar o princípio da igual consideração de interesses deve-se promover o que no geral resulta nas melhores consequências para os envolvidos. Neste caso, seria administrar as duas doses para pessoa A e nenhuma para a pessoa B, assim teríamos ambas as vítimas em situação de dor suportáveis.

### **2.3 A consideração dos interesses dos animais**

No que diz respeito aos animais, Singer defende que o princípio da igual consideração de interesses, além de proporcionar o melhor fundamento possível para a igualdade humana, sua aplicação não se limita apenas aos seres humanos.



E ao se aceitar este princípio para os seres humanos, deve-se também aceitar que o mesmo se estenda a alguns animais não humanos. O motivo para se estender o princípio da igual consideração de interesses, isto é, o princípio da igualdade, a outras espécies é simples: esse princípio requer que a preocupação com os interesses dos outros não deve depender de suas características ou aptidões, exceto a de possuir interesses.

A capacidade de possuir interesses pode ser entendida como capacidade de vivenciar experiências positivas e negativas, ou seja, a capacidade de *sentir*, também conhecida como *senciência*. Um ser não senciente como uma espécie vegetal, por exemplo, não possui interesses e/ou preferências, logo, não faria sentido considerar seus interesses uma vez que eles não existem. Por outro lado, a grande maioria dos animais não humanos são sencientes e, portanto, possuem interesses e preferências que devem ser levados em consideração. Singer vai tratar da negligência aos interesses dos animais não humanos como uma forma de preconceito denominada *especismo* e explica:

A convicção de que as questões humanas devam sempre ter precedência sobre as questões animais reflete um preconceito popular contra a possibilidade de se levar a sério os interesses dos animais, um preconceito tão infundado quanto aquele que levava os escravocratas brancos a não levar a sério os interesses de seus escravos africanos. (SINGER, 2018, p. 86)

Para esclarecer como o especismo viola o princípio da igualdade, Singer faz, tanto em *Libertação Animal* quanto em *Ética Prática*, a comparação com o racismo. Os racistas violam o princípio da igualdade ao priorizarem os interesses de uma raça em detrimento dos interesses da outra, da mesma forma, os especistas consideram os interesses da espécie humana mais importantes em relação aos interesses de seres de outras espécies. Vale ressaltar que, na visão do autor, os interesses de uma raça podem vir a ser mais importantes que os interesses de outra raça, assim como os interesses de humanos podem ser considerados mais importantes que os interesses dos animais, a depender do *interesse* em questão e não do indivíduo ou grupo que os possui. A posição do autor é que o fato de pertencer a determinada raça ou espécie não justifica por si só tratar seus interesses com maior importância. Por exemplo, ao dar um tapa, com a mesma

força, em um cavalo e em um bebê humano, o bebê sofrerá mais, pois é mais frágil que o cavalo. Portanto, é pior dar um tapa em um bebê do que em um cavalo, não porque ele pertence a espécie humana, mas porque ele sofrerá mais.

Baseado nisso, pode-se afirmar que o fato de algumas pessoas não pertencerem a uma determinada raça não significa que possam ser exploradas; e que o fato de algumas pessoas serem menos inteligentes do que outras não significa que seus interesses possam ser desconsiderados. Logo, o princípio deixa implícito que o fato de alguns seres não pertencerem à espécie humana não significa que devam ser explorados; assim como se outros animais são dados como menos inteligentes que os humanos isso não oferece justificativa para que seus interesses possam ser desconsiderados, conforme afirma o autor:

Afirmo que a única base defensável para o princípio da igualdade é a igual consideração de interesses, e também sugeri que os interesses humanos mais importantes - como evitar a dor, satisfazer as necessidades básicas de alimentação e abrigo, desfrutar de relações pessoais calorosas, ser livre para se dedicar, sem interferências, a seus próprios projetos e muitos outros - não são afetados por diferenças de inteligência (SINGER, 2018, p. 55).

Uma vez que a senciência, ou seja, a capacidade de desfrutar de experiências positivas e negativas, sofrimento e prazer, é a condição prévia para se ter interesses, se um ser sofre não há justificativa de ordem moral para não se levar esse sofrimento em consideração (SINGER, 2018, p. 88). Independentemente da natureza do ser, o princípio da igualdade exige que seu sofrimento seja considerado de maneira igualitária com o sofrimento semelhante de qualquer outro ser. Singer defende que o limite da senciência é o único limite defensável da preocupação com os interesses alheios e demarcar esse limite com qualquer outra característica - racionalidade, inteligência, cor da pele etc. - seria uma demarcação arbitrária. Dado que o autor adota uma visão consequencialista da ética, na qual o curso de ação mais defensável é aquele que promove a satisfação das preferências dos envolvidos, não há fator mais basal do que a senciência, isto é, a própria capacidade de ter preferências, para delimitar quem deve ter seus interesses considerados, sejam eles humanos ou não humanos.

Comparar o sofrimento entre espécies diferentes pode atrair objeções quanto a sua precisão. No entanto, o sofrimento entre dois seres humanos tampouco pode

ser comparado com exatidão e a falta de precisão ao medir o sofrimento de dois seres humanos não impede que seus sofrimentos sejam considerados moralmente. O mesmo se reserva ao sofrimento dos animais sencientes. O autor reforça a ideia de que mesmo se devêssemos impedir o sofrimento dos animais apenas quando os interesses dos seres humanos não são afetados tanto quanto os interesses dos animais, seríamos forçados a mudar radicalmente a forma como os animais são tratados atualmente.

## 2.4 A questão do consumo de carne

Conforme exposto no capítulo anterior, a noção de que os animais são “coisas” que podemos utilizar para satisfazer nossas necessidades está enraizada na sociedade desde os tempos mais remotos. Nesse contexto, o uso de animais como alimento se mostra a forma mais difundida de exploração animal. O que nos leva à questão de que se os animais são seres sencientes, capazes de ter experiências positivas e negativas, ou seja, capazes de ter interesses, por que seus interesses não deveriam ser considerados?

Peter Singer expõe algumas razões pelas quais o uso de animais na indústria alimentar fere sua teoria ética e torna-se moralmente questionável. Em primeiro lugar, alimentos de origem animal não são necessários à saúde humana. Atualmente é amplamente reconhecido pela ciência que uma dieta vegetariana devidamente balanceada é suficiente para garantir uma nutrição adequada e saudável e estima-se que existam cerca de 1,5 bilhão de vegetarianos no mundo, entre vegetarianos por opção ou por necessidade econômica<sup>1</sup>.

Em segundo lugar, a produção animal não é uma forma eficaz de produção de alimento nas sociedades industrializadas, visto que os animais criados para

---

<sup>1</sup>DINU, Monica *et al.* **Vegetarian, vegan diets and multiple health outcomes: A systematic review with meta-analysis of observational studies**. Critical Reviews in Food Science and Nutrition, 2017; HÄNNINEN, Osmo *et al.* **Vegan diet in physiological health promotion**. Acta Physiologica Hungarica, 1999; LEAHY, Eimear; LYONS, Seán; TOL, Richard S. J. **An estimate of the number of vegetarians in the world**. The Economic and Social Research Institute - ESRI, Dublin, 2010; MARSH, Kate; ZEUSCHNER, Carol L; SAUNDERS, Angela. **Health Implications of a Vegetarian Diet: A Review**. American Journal of Lifestyle Medicine, 2012.

consumo são engordados com grãos e outros vegetais, que poderiam ser consumidos diretamente na dieta humana. Assim, a produção animal por si só requer muito mais recursos (terras, água, insumos) para produzir uma quantidade inferior de calorias<sup>2</sup>. Por fim, conclui o autor: “a carne é um luxo e só é consumida porque as pessoas apreciam seu sabor” (SINGER, 2018, p.93). Com base na teoria ética de Singer, o uso de animais para alimentação está em desacordo com o princípio da igual consideração de interesses conforme explica:

Ao refletirmos sobre a ética do uso de carne animal para a alimentação humana nas sociedades industrializadas, examinamos uma situação na qual um interesse humano relativamente menor deve ser confrontado com as vidas e o bem-estar dos animais envolvidos. O princípio da igual consideração de interesses não permite que os interesses maiores sejam sacrificados em função dos interesses menores (SINGER, 2018, p. 93).

Naturalmente, existem objeções à visão de que comer carne seria moralmente injustificável. Por exemplo, pode-se dizer que se os animais são carnívoros, os seres humanos também têm esse direito. No entanto, tal comparação simplória entre os hábitos alimentares dos animais selvagens e o uso que fazemos deles nas fazendas industriais possui sérios problemas. Primeiro, a forma de se alimentar dos animais na natureza é uma questão de sobrevivência. E aceitando-se a posição de que a humanidade não requer o consumo de carne para sobrevivência, se alimentar de carne torna-se uma questão de preferência e não de necessidade. Além disso, animais não possuem a capacidade de ponderar suas escolhas alimentares ou analisar a ética da sua alimentação. Tais capacidades derivam apenas da mente humana. Portanto, não é lógico justificar o consumo de animais na ausência de julgamento moral entre os próprios animais, uma vez que não são capazes de fazê-lo. Cabe a humanidade a responsabilidade ética de seus atos e não aos não humanos. Outro argumento contrário à abstinência do consumo de produtos animais é pautado na existência de uma suposta lei natural da sobrevivência dos mais aptos. Um dos problemas com esse argumento está no

---

<sup>2</sup>HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **We Already Grow Enough Food for 10 Billion People...and Still Can't End Hunger**. Common Dreams: Breaking News & Views for the Progressive Community, 2012; OPPENLANDER, Richard. **The World Hunger-Food Choice Connection: A Summary**. Comfortably Unaware Blog, 2012; PIMENTEL, David & PIMENTEL, Marcia. **Sustainability of meat-based and plant-based diets and the environment**. The American Journal of Clinical Nutrition, Volume 78, Issue 3, 2003.

pressuposto de que está justificado comer carne porque é um processo evolutivo natural. É verdadeiro quando se trata dos primeiros hominídeos ou de tribos que utilizam a caça como subsistência, mas é falso em relação à produção de alimentos na sociedade industrializada, que não é dependente da carne para subsistência e tem acesso a diversas outras fontes alimentares.

Outro problema seria assumir que se uma ação é natural, ela é correta. Esse argumento conhecido como falácia naturalista ou apelo ao natural, pressupõe que uma coisa é boa porque é natural e ruim porque é antinatural, mas isso é falso pois saber se um comportamento é ou não natural é irrelevante para saber se ele é moralmente justificável. Uma ação dada como natural pode ser considerada boa, mas não pelo simples fato dela ser natural e, sim, porque traz consequências positivas. Aceitar o apelo ao natural significaria dizer, por exemplo, que uma pessoa que comete um assassinato não fez nada de errado pois matar é um instinto natural, e assassinatos sempre aconteceram no decorrer da história. O mesmo se reserva ao consumo de carne. Não se pode justificar que porque matar animais para comer é natural e tal prática acontece desde os tempos mais remotos que a ação seja considerada justa.

## **2.5 A questão da autoconsciência**

Ser consciente significa ser capaz de ter experiências e percepções subjetivas de algo. O evento de ter experiências é, por si só, ser consciente. Apenas podemos experimentar algo se somos conscientes. Os seres conscientes são capazes de percepções externas e internas, como um pensamento ou uma emoção. A palavra senciência também pode ser aplicada neste sentido (ÉTICA ANIMAL, 2015). A diferença entre “consciência” e “senciência” é bastante sutil. O termo senciência se refere à capacidade de ter experiências positivas ou negativas em resposta a afetações externas ou internas. Todos os seres sencientes são conscientes, mas um ser consciente pode não ser senciente, se por algum motivo, ficar incapacitado de receber qualquer estímulo interno ou externo e apenas puder ter experiências via pensamentos. Já o termo autoconsciência é usado para expressar diferentes formas de consciência em relação a si mesmo e às próprias

experiências (ÉTICA ANIMAL, 2021). Existem diversas definições de autoconsciência. Singer entende como autoconsciente o ser capaz de ser consciente de si mesmo, de se reconhecer enquanto uma entidade distinta dos outros e de se perceber existindo ao longo do tempo (SINGER, 2018. p. 150).

A exclusão dos animais da esfera ética costumava ser pautada nas suas incapacidades. Singer retoma os argumentos de Darwin ao afirmar que “as diferenças entre humanos e animais são de gênero e não de grau” (SINGER, 2018, p.108) e que os limites traçados entre seres humanos e animais têm se mostrado de vida breve. Acreditava-se, por exemplo, que apenas seres humanos eram capazes de usar ferramentas, até se descobrir que o pica-pau das ilhas Galápagos usava um espinho de cacto para se alimentar de insetos que vivem em buracos nas árvores. De maneira semelhante, o uso da linguagem foi atribuída exclusivamente aos seres humanos até estudos demonstrarem que diversos outros primatas são capazes de aprender a linguagem de sinais dos surdos-mudos, assim como papagaios são capazes de aprender a falar e não apenas repetir palavras. Nesse contexto, Singer ressalta que mesmo se os animais não humanos fossem de fato incapazes de tais habilidades, essa característica não seria moralmente relevante para justificar o tratamento imposto aos animais, pois, como já afirmava Bentham, o fato de um animal não usar a linguagem ou ferramentas não é motivo para ignorarmos seu sofrimento.

A questão da autoconsciência, ou a suposta ausência dela, constitui a principal divisória entre humanos e não humanos. Segundo essa visão, os animais não são capazes de pensar ou raciocinar e não possuem autoconsciência. Vivem em uma situação de eterno presente - vivem o aqui e o agora - e não se reconhecem enquanto entidades distintas com um passado e um futuro. Tampouco possuem autonomia, isto é, a capacidade de escolher o modo como preferem viver. De acordo com essa concepção, os interesses de seres autônomos e autoconscientes seriam mais importantes do que os interesses daqueles incapazes de tais habilidades.

Singer, inicialmente, não discute se os animais são ou não autoconscientes, apenas questiona se o fato de um ser ter autoconsciência confere a ele o direito a algum tipo prioritário de consideração. Para o autor, considerar que seres

autoconscientes têm direito a uma consideração maior é compatível com o princípio da igual consideração de interesses somente sob a circunstância onde o que acontece com os seres autoconscientes é contrário a seus interesses, enquanto acontecimentos semelhantes não seriam contrários aos interesses de seres não autoconscientes. Contudo, não aceita a situação em que mesmo quando um ser autoconsciente não tivesse sofrido mais do que um ser apenas senciente, o sofrimento do primeiro é mais importante porque é uma criatura inerentemente mais valiosa. Portanto, não podemos assumir que porque um ser humano é autoconsciente e uma vitela não é, o sofrimento do ser humano ao ser privado de sua carne é maior do que a privação das necessidades básicas que sofre a bezerra. Então, conclui o autor:

[...] se a existência de autoconsciência não implica que os interesses do ser autoconsciente sejam de fato maiores e afetados de maneira mais adversa que os interesses de seres não autoconscientes, não fica claro por que deveríamos incluir a autoconsciência na discussão, da mesma maneira que não deveríamos incluir espécie, raça ou sexo em discussões semelhantes (SINGER, 2011, p. 66, tradução nossa).

Outro problema ao usar a autoconsciência, autonomia ou qualquer outra característica semelhante para demarcar uma diferença de *status* moral está no fato de que alguns seres humanos com deficiências mentais não podem ser considerados autoconscientes ou autônomos, assim como os animais e passariam, portanto, a possuir o *status* moral de animal e não de ser humano. Porém, ainda assim, seria inaceitável usá-los em experiências científicas ou engordá-los para consumir sua carne.

Contudo, a posição de Singer não é tão contundente quanto a extinção do uso alimentar dos animais dotados de senciência ou de qualquer outro uso em si. O autor trata diferentemente das situações relacionadas a causar sofrimento aos animais e ao ato de tirar a vida dos animais. No primeiro caso, a ausência ou não de autoconsciência não é moralmente relevante para a adoção do princípio da igual consideração de interesses. Já no segundo caso, Singer analisa questões referentes ao valor de uma vida e, neste caso, a autoconsciência constitui um fator chave para determinar se e sob quais circunstâncias seria mais grave matar um animal.

## 2.6 Sobre o ato de matar

Em se tratando de tirar a vida, a aplicação do princípio de igual consideração de interesses não é tão clara como quando o interesse em questão é evitar a dor e o sofrimento. Isso porque, conforme visto anteriormente, quando se trata de minimizar as experiências negativas e/ou maximizar as experiências positivas, a capacidade de sentiência é suficiente para garantir que os interesses de um ser (humano ou não-humano) sejam levados em consideração. No entanto, em relação ao ato de matar a questão torna-se mais complexa, pois, segundo Singer, nem todas as formas de vida possuem o mesmo valor. Pode-se questionar qual tipo de vida teria mais valor: a de um ser humano normal ou de um indivíduo em estado vegetativo? A própria noção de que se pudéssemos escolher entre uma vida ativa ou vegetativa sempre escolheríamos a vida ativa pressupõe maior valor a essa forma de vida. Assim, para que o princípio da igual consideração de interesses possa ser aplicado corretamente é necessário avaliar o valor de cada vida que estaria supostamente em risco.

## 2.7 O conceito de Pessoa

Para iniciar a discussão sobre o valor de cada forma de vida, Singer investiga a concepção de que a vida humana tem um valor especial em comparação a qualquer outra forma de vida. O autor analisa, primeiramente, o que significa “ser humano” e aborda essa concepção sob duas perspectivas distintas: (1) ser humano como sinônimo de membros da espécie *Homo sapiens* e (2) ser humano relacionado ao conceito de Pessoa (SINGER, 2018, pp. 120-21). O fato de um ser pertencer a determinada espécie é algo facilmente verificado cientificamente, ao contrário, a delimitação do conceito de Pessoa é menos óbvia, pois se trata de um conceito filosófico. Singer adota como indicadores da categoria Pessoa dois atributos principais: racionalidade e autoconsciência (SINGER, 2018, p.124). Esses dois sentidos de “ser humano” - membros da espécie *H. sapiens* e Pessoas - nem sempre são coincidentes. Crianças recém nascidas e deficientes mentais, por



exemplo, apesar de membros da espécie *Homo sapiens* não são autoconscientes ou racionais e, portanto, não se enquadram no conceito de Pessoa.

Conforme analisado anteriormente, a aplicação do princípio da igual consideração de interesses tem como base para consideração moral a própria capacidade de ter interesses, isto é, a senciência. Para a aplicação desse princípio de igualdade foi demonstrado que a espécie a qual o indivíduo pertence não é, em si, moralmente relevante para que seus interesses sejam levados em consideração. Assim, o autor argumenta que o erro de infligir sofrimento a um ser não pode depender da espécie desse ser e o mesmo se aplica ao ato de matá-lo. Os fatos biológicos que determinam a linha divisória de nossa espécie não têm um significado moral, de forma que “dar preferência à vida de um ser simplesmente porque ele é membro da nossa espécie é algo que nos colocaria incomodamente na mesma posição dos racistas que dão preferência àqueles que são membros de sua raça” (SINGER, 2018, p. 122). Se pensarmos a vida humana apenas como a vida de um ser pertencente à espécie *Homo sapiens*, dar preferência à sua vida exclusivamente porque ele é membro de uma determinada espécie, e não de qualquer outra, configura um ato especista. Portanto, não se pode justificar que seja mais grave tirar a vida de um ser a depender exclusivamente da espécie a qual pertence.

Contudo, se considerarmos que “seres humanos” não são apenas membros de uma espécie biológica, mas, sim, Pessoas, as implicações de matar uma Pessoa e matar outro ser podem não ser as mesmas. Assim, Singer questiona: “Haveria algo na vida de um ser racional e autoconsciente, e não na de um ser que seja apenas senciência, que torne muito mais grave o ato de tirar a vida do primeiro?” (SINGER, 2018, p.124).

Ao considerarmos, de um lado, um ser autoconsciente como aquele que tem consciência de si enquanto entidade distinta com um passado e um futuro e capaz de ter desejos relativos ao seu próprio futuro e, de outro, um ser incapaz de se conceber existindo ao longo do tempo. A preocupação com os interesses futuros deste ser, meramente consciente mas não autoconsciente, passa a ser irrelevante pois ele próprio não possui consciência do seu futuro. Sendo assim, Singer explica com base na sua formação ética, o utilitarismo preferencial, que tirar a vida de uma

Pessoa é mais grave do que tirar a vida de qualquer outro ser que não seja uma Pessoa. Isso porque as preferências de uma Pessoa são fortemente baseadas em desejos futuros. Dessa forma, matar uma Pessoa significaria não apenas frustrar uma preferência, a de continuar vivendo, mas todo um conjunto de preferências que uma Pessoa possa ter para sua vida.

Ao contrário, os seres que não são capazes de se perceber como entidades dotadas de um passado e um futuro são naturalmente incapazes de ter qualquer preferência futura e pode-se afirmar, então, que menos preferências estariam sendo frustradas em caso de sua morte. Na visão de Singer, um ser meramente consciente não tem preferência pela vida contínua e, apesar dessa condição não impedir que esses seres evitem situações de dor e sofrimento e busquem prolongar momentos prazerosos, a morte em si para um ser consciente, mas não autoconsciente, não significaria uma violação de suas preferências. Conforme argumenta o autor:

Não equivale a negar que esses seres pudessem lutar contra uma situação na qual suas vidas estivessem correndo perigo, como um peixe luta para se livrar do anzol em sua boca; indica apenas uma preferência pela cessação de um estado de coisas que provoca dor e medo. O comportamento de um peixe fígado sugere uma razão para não se matar um peixe por esse método, mas por si só, não sugere uma razão utilitarista preferencial para não se matar um peixe por um método que provoque morte instantânea, sem antes provocar dor ou sofrimento. A luta contra a dor e o perigo não sugere que os peixes sejam capazes de preferir uma existência futura a uma não existência (SINGER, 2018, pp. 129-130).

Na visão de Singer, um ser meramente consciente pode ter o interesse ou preferência de prolongar uma situação de prazer e cessar uma situação dolorosa, mas é incapaz de ter preferências para o futuro distante, pois não se reconhece enquanto uma entidade dotada de passado e futuro. Assim, diz o autor:

Se nos preocuparmos exclusivamente com a frustração de preferências, no caso de um ser meramente consciente, a morte sem dor e a aplicação de um anestésico parecem equivalentes. Matá-lo não frustrará mais desejos do que botá-lo para dormir (SINGER, 2018, p. 137-138).

Nesse contexto, pode-se concluir que tirar a vida de um ser pertencente à categoria de Pessoa constitui um ato mais grave do que matar um ser meramente consciente e não autoconsciente. Contudo, existem animais não humanos que possuem autoconsciência e aguçada percepção de futuro e podem se enquadrar na definição de Pessoa. Portanto, o autor defende que devemos rejeitar a doutrina de

que matar um membro da nossa espécie *é sempre mais grave* que matar um membro de outra espécie pois, alguns membros de outras espécies podem ser considerados como Pessoas, enquanto alguns membros da nossa espécie podem não se enquadrar nessa categoria (SINGER, 2018, p. 159). Singer discute quais as implicações de considerarmos certos animais como Pessoas e qual seria a gravidade de tirar a vida destes.

## 2.8 Animais como Pessoas

Se existem razões para acreditar que tirar a vida de uma Pessoa constitui um erro muito mais grave do que tirar a vida de um ser que não seja uma Pessoa, é necessário pensar se alguns animais podem ser também considerados como pessoas, isto é, seres autoconscientes, com percepção de passado e futuro. Singer atribui o status de Pessoa a alguns animais, os quais exibem capacidades que permitem o reconhecimento das características acima requeridas. Esta conclusão implica em rejeitar a noção de que matar um membro da espécie humana é sempre pior do que matar um membro de outra espécie. Ao adotar o conceito de Pessoa, aceita-se que alguns membros de outras espécies são Pessoas, assim como, alguns membros da espécie humana não são Pessoas.

O autor reconhece a dificuldade de determinar com clareza se outro ser tem consciência de si e de seu passado e futuro, ou seja, se o ser em questão pertence à categoria de Pessoa. Neste caso, diz o autor, o melhor a fazer seria conferir a esse ser o benefício da dúvida e poupar-lhe a vida. E em caso da necessidade de abate, o mesmo deve ter uma justificativa relevante.

É difícil determinar quando outro ser tem consciência de si mesmo, do passado e do futuro. Se é errado matar uma pessoa quando podemos evitar essa morte e, havendo dúvidas concretas quanto à condição de pessoa do ser que estamos pensando em matar, a melhor coisa a fazer seria dar a esse ser o benefício da dúvida. [...] Por essas razões, há de se fazer grande objeção à grande parte da matança de animais não humanos. Naturalmente, talvez o abate seja justificável por motivos de força maior, mas é algo que precisa de uma justificativa (SINGER, 2018, p. 162).

Na teoria ética de Peter Singer nem todas as vidas possuem o mesmo valor e, aquela considerada a mais importante, a que sofreria mais frustrações de

preferências ao ser interrompida, é a vida de um ser considerado segundo a categoria de Pessoa, seja este ser da espécie humana ou não. Contudo, mesmo dentro da categoria de Pessoa, definida por Singer, parece existir uma hierarquia de valor, em que a vida de algumas pessoas é mais valiosa do que a de outras. Singer defende que “até mesmo no caso dos animais não humanos dotados de autoconsciência e que, portanto, satisfazem nossa definição de ‘pessoa’, é bem verdade que eles muito provavelmente não se preocupam tanto com o futuro quanto um ser humano normal” (SINGER, 2018, p. 162). O conceito de Pessoa, no entender de Singer, não atua como um status de valor único e absoluto, mas como um fator a ser considerado dentro de uma escala de valor, podendo existir pessoas com vidas mais valiosas do que outras, segundo os critérios acima expostos e dependendo do seu grau de autoconsciência e capacidade de fazer planos para o futuro. Assim, explica o autor:

Aceitando essa diferença entre seres humanos normais e maduros e animais não humanos, poderíamos ver que matar é errado, não em termos absolutos e na dependência apenas de determinar se o ser que será abatido é ou não uma pessoa, e sim, como uma questão de grau que depende, entre outras coisas, da condição de pessoa integral, de quase pessoa ou de ausência absoluta de autoconsciência do ser que será abatido; de até que ponto, segundo nossas melhores estimativas, o ser tinha desejos voltados para o futuro e o grau de importância que esses desejos desempenhavam na vida desse ser (SINGER, 2018, pp. 163-164).

No que diz respeito aos animais conscientes, mas não conscientes de si mesmos, ou seja, aqueles à margem da categoria de Pessoas, o que a morte significaria para estes animais? Na visão utilitarista preferencial de Singer, se um animal não possui preferências voltadas para o futuro, matá-lo de modo instantâneo e de forma indolor não estaria frustrando nenhuma de suas preferências. O autor entende que para esses animais - conscientes mas não autoconscientes - a morte não seria percebida de maneira diferente do estado de sono, por exemplo, pois não haveria nos seres meramente conscientes uma percepção capaz de diferenciar a morte, a não existência, de um período de inconsciência como o sono ou uma anestesia. Contudo, afirmar que os seres meramente conscientes são substituíveis não significa dizer que seus interesses não devam ser considerados, pois na medida que os seres sencientes são conscientes eles têm interesse em vivenciar o prazer e evitar o sofrimento. Sendo assim, diz o autor: “a senciência já basta para

que um ser seja colocado dentro da esfera da igual consideração de interesses, mas isso não significa que o ser tenha um interesse pessoal em continuar a viver” (SINGER, 2018, p. 185). Ao analisar as implicações de matar um animal apenas consciente, Singer defende que sob a circunstância de viverem vidas agradáveis e serem mortos sem causar dor, além de suas mortes também não provocarem dor a outros animais, o abate de um animal sem autoconsciência não configura um erro. Na teoria ética de Singer, o argumento para evitar a morte de um animal é proporcional a sua capacidade de ter desejos para o futuro.

Se vacas, porcos, galinhas e outros animais que costumamos comer forem autoconscientes, ainda assim não chegarão nem perto do grau de autoconsciência dos seres humanos normais. [...] quanto mais um indivíduo pense em sua própria vida como uma história que ainda tem capítulos por escrever, quanto mais espere realizar alguma coisa no futuro, mais terá a perder se for morto. Por esta razão, quando existe um conflito irreconciliável entre as necessidades básicas para a sobrevivência de animais e seres humanos normais, não é especismo dar prioridade à vida daqueles que têm noção biográfica de sua própria existência e uma orientação muito mais forte para o futuro (SINGER, 2018, p.189).

Finalmente, o autor conclui que não existe uma resposta única para a questão “é errado matar um animal”. Na sua visão, o fato de alguns animais não humanos conceberem a si mesmos como seres distintos, que têm um passado e um futuro, oferece uma razão direta para não matá-los, uma razão cuja força varia na mesma medida em que o animal seja capaz de ter desejos para o futuro. E conforme avançam as pesquisas científicas em neurologia e etologia mais se conhece sobre as faculdades intelectuais dos animais não humanos e maior é a quantidade de espécies às quais se pode aplicar essa razão contrária ao abate. Quanto às questões de sobrevivência entre seres humanos adultos e normais e outros animais também autoconscientes, o autor ressalta que não seria um ato especista dar preferências às questões humanas, uma vez que suas vidas são consideradas mais fortemente ligadas a noções de futuro. Dessa forma, Singer reconhece a maleabilidade de sua teoria, atuando não como uma fórmula exata para todas as situações, mas, sim, analisada e aplicada de acordo com as circunstâncias.

### 3 IMPLICAÇÕES DA ÉTICA DE PETER SINGER NA ALIMENTAÇÃO

Sabemos que a exploração animal não é um acontecimento recente. Nossa civilização se desenvolveu utilizando a dominação de animais através da caça, domesticação e exploração de sua força de trabalho. Conforme demonstrado anteriormente, no presente trabalho, a exploração dos animais não humanos está registrada nos escritos mais antigos da Bíblia, foi reforçada pela filosofia antiga e instaurada na ciência moderna. Peter Singer em *Libertação Animal* (1975) já defendia que mesmo se fôssemos evitar infligir sofrimento aos animais, apenas quando fosse garantido que os interesses dos humanos não seriam afetados, em comparação à extensão em que os animais são afetados, seríamos forçados a fazer mudanças radicais em nosso tratamento aos animais (SINGER, 2015, p.49). As “mudanças” a que Singer se refere, visando um tratamento ético aos animais, mesmo que amplamente justificadas dentro dos fundamentos da bioética, ainda não são aceitas pela sociedade.

No primeiro capítulo deste trabalho, o status dos animais foi abordado dentro de um contexto histórico, no qual a dominação e exploração de outras espécies animais por parte dos humanos foi exposta sob variadas justificativas. No capítulo seguinte, foram apresentadas as bases filosóficas da teoria ética de Peter Singer e suas implicações no status moral dos animais não humanos, isto é, a maneira como os animais *deveriam ser* tratados na sociedade, de acordo com sua proposta ética. Uma vez que a fundamentação teórica da ética singeriana foi desenvolvida, o foco deste terceiro capítulo é analisar as implicações da ética de Singer sob um ponto de vista mais prático, tratando-se das nossas escolhas alimentares. No livro *Ética da Alimentação* (*The ethics of what we eat*) publicado em 2006, Peter Singer e Jim Mason abordam o consumo de carne e alimentos de origem de forma pragmática, analisando se e em quais circunstâncias o uso de animais para alimentação humana seria eticamente certo ou errado.

### 3.1 Dieta especista

Em relação à produção animal nas sociedades industriais, Singer e Mason são categóricos ao afirmar “Ninguém deveria estar apoiando o vasto sistema de abuso que hoje produz a maioria dos produtos de origem animal nas nações desenvolvidas” (SINGER & MASON, 2006, p. 256, tradução nossa). A forma intensiva de produção animal é conhecida por causar aos animais uma vida confinada ao sofrimento. Não é necessário descrever aqui as condições em que vivem esses animais. Em *Libertação Animal* (1975), Singer descreve com detalhes a rotina nas fazendas de animais nos Estados Unidos. No Brasil, a pesquisadora Sônia T. Felipe oferece uma descrição minuciosa da vida dos animais nas fazendas de produção de carne e leite, nas obras *Galactolatria* (2012) e *Carnelatria* (2018). Partindo do ponto que a produção animal, conforme se dá atualmente, inflige necessariamente alguma forma de dor, privação, dano e sofrimento aos animais, a questão a ser analisada aqui é se existe ou não razões que justifiquem, eticamente, não levar em consideração os interesses dos animais em evitar a dor.

A defesa fundamental para considerarmos a pecuária industrial uma prática antiética está no princípio da igual consideração de interesses discutido no segundo capítulo do presente trabalho. Como foi analisado, este argumento enfatiza que apesar das muitas diferenças entre humanos e não humanos, ambos compartilham uma semelhante capacidade de sofrer, ou seja, a senciência. Se um ser é capaz de sentir, ele é capaz de ter interesses, isto é, no mínimo o interesse em não sentir dor. Logo, os animais não humanos, assim como os humanos, possuem interesses semelhantes a ser considerados. Desconsiderar tais interesses, apenas por não serem interesses da espécie humana, configura um preconceito semelhante ao racismo ou sexismo, denominado, então, de especismo. Singer e Mason definem o especismo como “um preconceito que sobrevive porque convém ao grupo dominante” e ressaltam que “nossa disposição de explorar animais não humanos não é algo que se baseia em distinções morais sólidas” (SINGER & MASON, 2006, p.259, tradução nossa). De acordo com a ética de Singer, os fatos biológicos que definem a categoria de espécie não são suficientes para delimitar a extensão da

consideração moral, sendo a senciência o princípio básico para a inclusão na esfera ética.

Defensores do especismo podem alegar que os seres humanos são superiores aos animais não humanos em sua capacidade de raciocínio e na extensão de sua autoconsciência, e que tais características seriam moralmente relevantes. Em contrapartida, poderíamos usar a mesma defesa contra os próprios membros da espécie humana e aqueles com debilitada capacidade mental seriam desconsiderados da esfera moral. Assim, argumentam os autores: “não podemos usar justificadamente esses critérios para estabelecer uma distinção entre todos os seres humanos, de um lado, e todos os animais não humanos, de outro”, e propõem a expansão do círculo de consideração moral, pois “se não conseguirmos expandir este círculo, seremos incapazes de nos defender contra racistas e sexistas que querem traçar as fronteiras ao seu redor” (SINGER & MASON, 2006, p. 260, tradução nossa). Portanto, para que possamos garantir que todos os seres humanos sejam dignos de consideração moral, sem dar margem a preconceitos, é necessário ultrapassar também o especismo e estender a consideração moral a outras espécies.

Os autores de *Ética da Alimentação* reforçam a ideia de que expandir o círculo de consideração moral aos animais não humanos não significa garantir-lhes direitos iguais aos humanos, mas, sim, igual consideração de interesses comparáveis. Dessa forma, se a dor é experimentada por um animal, ela deve ser levada em consideração da mesma forma que quando um humano sente dor, pois o que importa aqui é o interesse em evitar a dor, independentemente de quem a tenha sofrido. Para o princípio da igual consideração, o que é moralmente relevante é a dor em si mesma e não necessariamente o ser que a possui. A aplicação do princípio da igual consideração de interesses consiste, portanto, em dar o mesmo peso aos interesses dos não humanos, assim como é dado aos interesses similares dos humanos.

Quando analisamos o caso da pecuária industrial, nos deparamos com uma situação na qual um interesse relativamente menor dos seres humanos - satisfação de uma preferência alimentar - se sobrepõe ao interesse maior dos animais não humanos de não experienciar estados constantes de dor e sofrimento. Portanto, o



consumo de produtos de origem animal está pautado na sobreposição de um interesse supérfluo dos seres humanos de satisfazer uma preferência gustativa sobre os interesses fundamentais dos animais de evitar o sofrimento. Esse desequilíbrio na consideração dos interesses em questão fere o princípio da igual consideração de interesses, pois sacrifica interesses maiores em função de interesses menores.

### 3.2 Uma questão de preferência

Uma diferença crucial entre os hábitos alimentares dos animais não humanos e dos humanos é o caráter da sobrevivência. As escolhas alimentares dos primeiros são fruto de processos instintivos e absolutamente necessários para sua sobrevivência. O consumo de carne nas sociedades industriais desenvolvidas não pode ser considerado uma questão de sobrevivência, mas, sim, de preferência. Uma vez que existem fontes alternativas aos produtos animais, que fornecem os nutrientes requeridos à saúde humana, não existe razão para que o consumo de carne seja considerado necessário. Nas palavras de Singer, “a carne é um luxo” (SINGER, 2018, p.93). A relação entre poder aquisitivo e a indústria animal é assunto de debate para Singer e Mason e os autores argumentam:

Para talvez um bilhão das pessoas mais pobres do mundo, a fome e a desnutrição ainda são um problema. Mas a pecuária industrial não vai resolver esse problema, pois nos países em desenvolvimento a indústria atende à crescente classe média urbana, não aos pobres, que não têm dinheiro para comprar seus produtos. Nos países em desenvolvimento, os produtos agrícolas industriais são escolhidos por seu sabor e status, não pela boa saúde do consumidor. (SINGER & MASON, 2006, p. 258, tradução nossa).

Uma pesquisa realizada em 2010, com o objetivo de estimar o número de vegetarianos no mundo, corrobora a argumentação de Singer e Mason. De acordo com dados publicados por Leahy *et al* no artigo *An Estimate of the Number of Vegetarians in the World*, existem cerca de 1,5 bilhão de vegetarianos no mundo, porém, apenas para 75 milhões a alimentação vegetariana é uma questão de escolha; para os outros 1,45 bilhão ser vegetariano é uma necessidade e o não consumo de carne é consequência da falta de recursos (LEAHY *et al.*, 2010).

Portanto, não é através do consumo de carne que as questões de insegurança alimentar globais serão solucionadas. Interligado aos aspectos econômicos relacionados à produção animal, Singer e Mason investigam também aspectos ecológicos da produção de alimentos e relatam, de acordo com pesquisas científicas:

Podemos produzir uma quantidade específica de proteínas e calorias em uma área menor de terra quando cultivamos alimentos vegetais em vez de alimentos de origem animal, essa mudança liberaria áreas significativas de terra da agricultura ou tornaria desnecessária a apropriação de mais terras para a agricultura. Se essa terra fosse destinada a retornar à floresta, ou no caso de habitat selvagem existente destinado a permanecer intacto, o número total de animais levando vidas não confinadas pela agricultura industrial aumentaria - pois pássaros e animais são muito mais abundantes nas florestas do que em qualquer terras agrícolas ou pastagens [...] Ao calcular a quantidade de terra que poderia retornar à floresta ou se tornar algum outro tipo de habitat natural e o número de pássaros e animais selvagens que viveriam naquela terra, eles [pesquisadores] concluem que mesmo quando a carne é obtida da pecuária extensiva, o número de vidas animais que vivem livres do confinamento será maior quando obtivermos proteína de alimentos vegetais (SINGER & MASON, 2006, p. 267, tradução nossa).

De acordo com essa argumentação, torna-se difícil defender alguma base ética para a produção animal. Uma vez que podemos produzir em uma mesma área uma quantidade proporcionalmente maior de alimento de origem vegetal quando comparado aos de origem animal, o consumo de produtos animais passa a ser não apenas desnecessário como também menos funcional - mais dispendioso de recursos. Ainda que a produção de carne seja feita de modo extensivo, o que proporciona uma vida relativamente agradável ao animal - até o momento do abate - a área de pasto se fosse destinada ao reflorestamento poderia abrigar uma quantidade maior de vidas livres para outros animais. Assim, os concluem os autores:

O que as fazendas industriais fazem aos animais, aos residentes próximos e a todo o meio ambiente do planeta, eles fazem porque as pessoas estão acostumadas a comer esses produtos e não conseguem imaginar uma refeição sem eles, ou porque apreciam seu sabor. Essas não são justificativas éticas, dados os prejuízos que essas práticas causam. Apoiar a pecuária industrial através da compra consciente de seus produtos é errado (SINGER & MASON, 2006, p. 290, tradução nossa).

Singer e Mason não deixam de analisar, também, a produção de peixes. Segundo os autores, a piscicultura é “a pecuária industrial na água” e argumentam:

“Os peixes podem ficar estressados com a aglomeração e confinamento a que são submetidos” e reforçam: “os métodos pelos quais são mortos mostram total indiferença à sua dor e sofrimento”. Pelas mesmas razões, os autores concluem que o consumo de peixes “não é um alimento eticamente aceitável” (SINGER & MASON, 2006, p. 291, tradução nossa). Quanto aos invertebrados aquáticos, a delimitação da senciência ainda é relativamente desconhecida. Sabe-se que os Cefalópodes - polvos e lulas - possuem um sistema nervoso bastante desenvolvido - conforme documentado pela *Cambridge Declaration on Consciousness* (2012) - e, naturalmente, a pesca provoca um sofrimento desnecessário a esses animais, motivo pelo qual tal prática deve ser evitada. Em se tratando de outros invertebrados, como camarões e ostras, por exemplo, o papel da senciência na vida destes animais é pouco estabelecido.

É importante ressaltar que as questões sócio-ambientais discutidas acima reforçam as consequências negativas e o caráter não essencial do consumo de produtos de origem animal, mas não são necessárias para a aplicação do princípio da igual consideração de interesses de Singer. Mesmo se a produção animal fosse tão eficiente quanto a produção vegetal, nada parece justificar o sofrimento animal envolvido no processo.

### **3.3 Ética na alimentação**

Singer e Mason defendem que “os consumidores éticos evitarão produtos da pecuária industrial e a maioria dos frutos do mar” (SINGER & MASON, 2006, p.294, tradução nossa). No entanto, os autores parecem reconhecer que “tornar-se vegano ainda é um passo muito grande para a maioria das pessoas” e apontam como alternativa o consumo de produtos provenientes do que eles classificam como “agricultura amigável aos animais e ambientalmente sustentável” (SINGER & MASON, 2006, p.295, tradução nossa). Isso significa procurar por produtos que possuam certificados de bem estar-animal como o selo *Certified Humane Brasil*, por exemplo.

Contudo, apesar dos autores reconhecerem que consumir produtos de origem animal certificados é melhor, do ponto de vista ético, se comparado aos de

produtos nos quais não há nenhuma especificação das condições de vida dos animais, atentam para o fato de que os próprios selos de certificação podem ser questionáveis e seus padrões podem não ser altos o suficiente para garantir a qualidade de vida dos animais. Ressaltam, ainda, que “tratar os animais como commodities para venda leva os produtores a buscar maximizar seus lucros de maneiras contrárias aos interesses dos animais” (SINGER & MASON, 2006, p.294, tradução nossa). Existem dúvidas em relação à confiabilidade dos selos de certificação de bem-estar animal, se eles de fato garantem que os interesses dos animais serão considerados de maneira equiparada à necessidade de lucro dos produtores, e se os padrões éticos de produção são suficientemente altos para assegurar o bem-estar dos animais.

Neste contexto, Singer e Mason tentam propor o que seria uma “regra moral” para o consumo de produtos de origem animal:

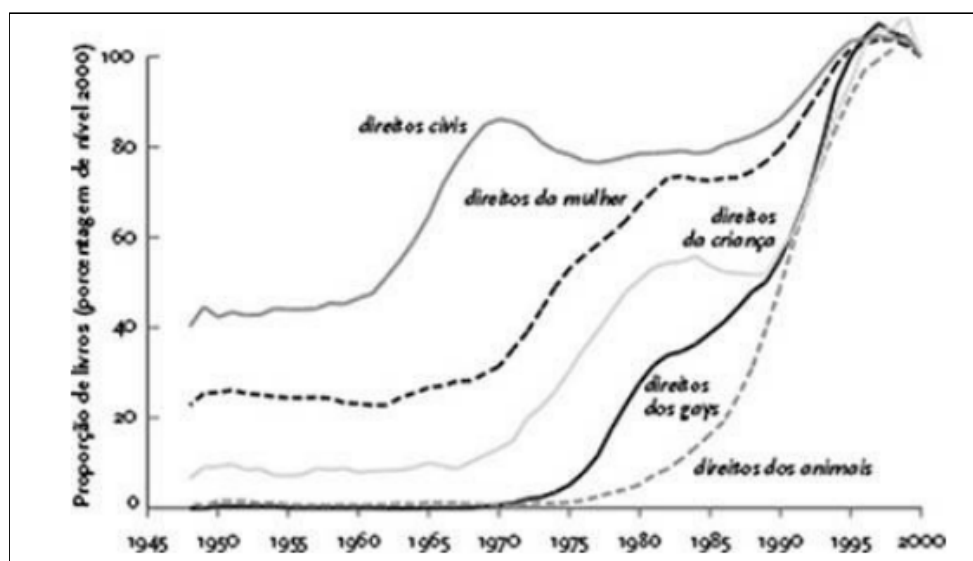
Uma regra moral possível seria: só compre produtos de origem animal se você visitou a fazenda de onde eles vieram. Confrontado com essa regra, muitas pessoas achariam mais simples evitar comer animais. Alguns podem se esforçar para encontrar fazendeiros que demonstrem real preocupação com seus animais e mantenham os mais altos padrões de bem-estar animal (SINGER & MASON, 2006, p.296, tradução nossa).

Dessa forma, os autores ao demonstrarem as dificuldades de estabelecer os padrões para que o consumo de produtos de origem animal seja tolerado eticamente, parecem apontar novamente para a primeira alternativa de consumo ético: a dieta vegana. Interessante notar a linha de raciocínio circular dos autores que conduz, primeiramente, para a dificuldade de adotar uma dieta vegana, para, em seguida, demonstrar as circunstâncias nas quais o consumo de animais seriam eticamente aceitáveis e, assim, ao verificar o esforço necessário para manter esses padrões de consumo ético, retornam à primeira como a alternativa mais simples. Singer e Mason apesar de não considerarem a dieta vegana como a única forma de garantir uma alimentação ética, tratam do veganismo como “uma maneira segura de evitar completamente a participação no abuso de animais de fazenda” (SINGER & MASON, 2006, p.296, tradução nossa). E, com certeza, os mais de um bilhão de veganos no mundo são uma demonstração viva do fato de que não precisamos explorar animais para sobreviver.

### 3.4 A revolução pelos direitos dos animais

No contexto das revoluções pelos direitos dos animais, Steven Pinker oferece uma perspectiva otimista. No livro *Os anjos bons da nossa natureza: por que a violência diminuiu*, publicado em 2011, o psicólogo canadense investiga as revoluções por direitos em diversas esferas da sociedade: direitos civis, das mulheres, crianças, homossexuais etc - e constata, a partir de um estudo histórico e psicológico criterioso, um declínio da violência e da crueldade dirigida a estes grupos, ao longo da história. O autor apresenta um gráfico (figura 1) referente ao uso das expressões “direitos civis”, “direitos da mulher”, “direitos da criança”, “direitos dos gays” e “direitos dos animais” nos livros de língua inglesa entre 1948 e 2000, com uma amostra de mais de cinco milhões de exemplares disponíveis pelo *Google Books*. Os dados resultantes do gráfico demonstraram um esquema escalonado no qual a ascensão do uso do termo direitos civis na década de 1960 é seguido pelos direitos das mulheres, crianças, gays e, por fim, pelos direitos animais, já na década de 1980.

**Figura 1:** Uso das expressões “direitos civis”, “direitos da mulher”, “direitos da criança”, “direitos dos gays” e “direitos dos animais” nos livros de língua inglesa, 1948-2000



Fonte: Steven Pinker. 2011.

A ascensão escalonada, representada no gráfico, indica que cada um dos movimentos por direitos foi impulsionado pelas conquistas dos movimentos que os antecederam, incorporando suas táticas e raciocínio moral. Seguindo essa lógica, Pinker argumenta que se o direito de um ser pensante à vida, à liberdade e à busca da felicidade não pode ser comprometido devido à cor de sua pele, a consequência natural seria questionar por que haveria de ser por outros motivos como gênero, idade, preferência sexual ou mesmo espécie (PINKER, 2011, p. 344). Sendo assim, uma vez que o movimento pelos direitos civis conseguiu convencer a sociedade de que o racismo é uma forma de discriminação baseada em um critério moral irrelevante, a cor da pele e, portanto, um preconceito infundado, abriu-se caminho para que outros parâmetros dentro da esfera dos direitos morais fossem repensados. Em se tratando dos direitos dos animais, a analogia entre racismo e especismo é frequentemente usada por Singer, em uma análise comparativa que visa demonstrar como o direito à consideração moral, por vezes, foi determinado por critérios arbitrários e sem fundamentos éticos e, o mais importante, que tais critérios podem ser revistos, de forma que a barreira de espécie poderá ser superada, assim como as barreiras de raça e gênero.

Steven Pinker considera a publicação de *Libertação Animal*, de Peter Singer, em 1975, um marco para o movimento em prol dos direitos dos animais e defende o princípio da igual consideração de interesses de Singer como um argumento incisivo em favor de uma plena consideração pelos interesses dos animais. Em concordância com a ética de Singer, Pinker argumenta que ao aceitar que é a sentiência, mais do que a inteligência ou o fato de pertencer a uma espécie, o que torna um ser merecedor de consideração moral, não deveríamos infligir nenhum sofrimento desnecessário aos animais. E uma vez que os seres humanos podem viver saudáveis com uma dieta vegetariana, os interesses dos animais não humanos de evitar o sofrimento e a morte prematura certamente se sobrepõem à simples satisfação do paladar dos humanos. Logo, “deveríamos todos ser vegetarianos” (PINKER, 2011, p. 414). De fato, o crescimento do vegetarianismo passou a desempenhar um papel central nos direitos morais dos animais. Pinker entende o vegetarianismo como um “indicador simbólico” (PINKER, 2011, p. 420) que representa uma mudança na forma como os animais são tratados pela

sociedade e o status de “coisa” a que pertenciam passou a se transformar. Ainda muito distante do status de “Pessoa”, proposto por Singer, mas, pelo menos, ascenderam ao status da senciência, com alguma consideração moral.

Quanto ao rumo da revolução pelos direitos dos animais, se isso culminaria em uma abolição, como a abolição da escravidão conquistada em resposta às revoluções por direitos civis, Steven Pinker permanece incerto. Argumenta que os interesses dos humanos podem “merecer alguns pontos extras”, devido a suas capacidades cerebrais mais desenvolvidas e cita como exemplo a habilidade de refletir sobre passado e futuro e “conectar nosso bem-estar com o de outros, em densas redes sociais” (PINKER, 2011, p. 422). Aqui o autor parece concordar com os critérios do conceito de Pessoa, de Singer, reforçando o valor da autoconsciência e percepção de passado e futuro dos seres humanos, mas não deixa de reconhecer que, ao adotar tais critérios para consideração moral, estaríamos incluindo na esfera ética seres humanos mentalmente incapacitados. O que nos leva novamente à posição que defende Peter Singer e também Jim Mason: a expansão do círculo pois, se a delimitação for traçada de forma a excluir os animais não humanos, estaria consequentemente excluindo alguns seres humanos; e se os limites devem englobar todos os seres humanos eles irão, naturalmente, incluir também alguns animais não humanos.

Steven Pinker trata da revolução pelos direitos dos animais como uma categoria emblematicamente ímpar, pois a mudança foi conduzida unicamente pelo princípio ético de que não se deve infligir sofrimento a um ser capaz de senti-lo. E, ao contrário de outras revoluções por direitos, o movimento pelos direitos dos animais não foi impulsionado pela parte interessada (PINKER, 2011, p. 408), uma vez que vacas, porcos e galinhas não refletem sobre sua condição moral, não invocam a existência de direitos e valores morais, ou, ainda, não organizaram marchas e protestos contra a exploração e, sim, seres humanos preocupados com as vidas desses animais. Talvez devêssemos enxergar os pequenos avanços na consideração moral dos animais de forma positiva, pois seria similar a medir os progressos nos direitos das mulheres se fossem homens lutando por elas e não elas mesmas. Finalmente, Pinker conclui: “Restam muitas oportunidades que permitem diminuir enormes sofrimentos de animais, com reduzido custo para os seres

humanos” (PINKER, 2011, p. 422). E dadas as recentes mudanças de sensibilidade que levaram à redução gradual da violência na sociedade, o autor se mantém otimista ao acreditar que “a vida dos animais vai continuar melhorando” (PINKER, 2011, p. 423). Esta constatação pode ser vista como uma reafirmação da posição de Singer, em *Libertação Animal*, na qual defende que melhorias consideráveis na vida dos animais podem ser feitas sem grandes esforços dos seres humanos e enxerga uma tendência positiva em prol da aceitação dos direitos morais dos animais.



## CONCLUSÃO

O ponto principal desenvolvido neste trabalho foi a análise do status moral dos animais através de uma perspectiva histórica e filosófica, na qual a teoria de Peter Singer emerge como fator chave para a mudança no status dos animais por meio da ascensão à consideração moral. Essa análise levou o trabalho a investigar as justificativas dadas para admitir a exploração dos animais não humanos no decorrer da história da humanidade.

Os animais permaneceram subjugados ao domínio humano por muitos séculos e a dominação persistiu através de diferentes períodos históricos, sob variadas justificativas. Minha pesquisa teve início analisando o contexto bíblico, no qual a crença na vontade de Deus concedia aos homens o domínio de todas as criaturas vivas; na Idade Antiga esta justificativa foi substituída pelo advento da razão que supostamente legitimava a superioridade dos homens perante os animais; da mesma forma, na Idade Média, essa superioridade foi respaldada com a retomada da influência bíblica no pensamento da sociedade. As distinções cognitivas entre humanos e não humanos ganharam ainda mais importância na ciência moderna e os animais passaram a ser vistos quase como máquinas a serviço dos homens. A conclusão que se sucede da primeira parte deste trabalho implica no aspecto dúbio das justificativas usadas para legitimar a exploração dos animais não humanos, no qual os motivos parecem ser alterados a cada século sem, contudo, grandes modificações em suas causas.

Nesse contexto, a teoria ética de Peter Singer emerge visando questionar a relevância moral de tais justificativas e apresenta o *princípio da igual consideração de interesses* como forma de assegurar o direito à consideração moral. A base para aplicação desse princípio está na capacidade de sentiência compartilhada entre humanos e a maioria dos animais não humanos. Ao sustentar que esta é a única base eticamente defensável para delimitação do círculo de consideração moral, a conclusão é que devemos levar em conta os interesses de todos os seres sencientes de maneira igualitária.

Finalmente, advém da terceira parte deste trabalho a conclusão de que, ao aceitar o princípio da igual consideração de interesses, somos obrigados a repensar

nossa dieta a fim de assegurar um consumo ético. Uma vez que o consumo de produtos de origem animal sobrepõe um interesse menor dos humanos em satisfazer seu paladar ao interesse maior dos animais em evitar o sofrimento e morte prematura, em desacordo com o princípio da igual consideração de interesses, a dieta vegana surge como uma forma de assegurar que este princípio ético seja respeitado e desponta como símbolo da revolução pelos direitos dos animais.

No campo das Ciências Biológicas, as discussões referentes à Bioética e à Ética Animal carecem de sua devida importância. As pesquisas científicas na Biologia têm se tornado cada vez mais reducionistas, deixando pouco espaço para assuntos teóricos mais abrangentes. A visão especista de que as questões humanas devem sempre ser tomadas como prioritárias em relação às questões animais, independentemente da forma como as duas espécies serão afetadas, faz com que trilhões de animais sejam mortos todos os anos apenas na indústria de alimentos. Apesar de avanços terem ocorrido em prol do tratamento ético dos animais, o reconhecimento dos animais como seres dignos de consideração moral permanece na esfera ideológica. E, na prática, ainda são necessárias mudanças consideráveis para que a forma como a maioria dos animais não humanos são tratados esteja de acordo com padrões éticos.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. 1.ed. São Paulo: Lafonte, 2020.

AQUINAS, Saint Thomas. **The Summa Theologica**. New York: Catholic Way Publishing, 2014.

BENTHAM, Jeremy. **An Introduction to the Principles of Moral and Legislation**. Oxford: Clarendon Press, 1907.

BÍBLIA, A.T. Gênesis. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Almeida Corrigida Fiel. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn>>. Acesso em: 10/03/21

BRÜGGER, Paula. **Amigo Animal - reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente**: animais, ética, dieta, saúde, paradigmas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

BRÜGGER, Paula. **Por uma educação duplo A**: ambiental e abolicionista animal. *In*: FLORIT, Luciano Félix; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PHILIPPI JR, Arlindo. *Ética Socioambiental*. Barueri: Manole, 2019. p. 363-395.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Tradução de Álvaro Cabral. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

CONSCIÊNCIA E AUTOCONSCIÊNCIA. *Ética Animal*. 2021. Disponível em:<<https://www.animal-ethics.org/senciencia-secao/introducao-a-senciencia/consciencia-e-autoconsciencia/#fn1>>. Acesso em: 16/07/21.

DARWIN, Charles. **The Descent of Man and Selection in Relation to Sex**. New York: D. Appleton and Company, 1871.

DESCARTES, René. **O Discurso do Método**. Tradução de Newton de Macedo. [S.l.]: Mimética, 2019.

DIRETRIZES DO PROGRAMA CERTIFIED HUMANE. **Certified Humane Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://certifiedhumanebrasil.org/certificacao-de-alimentos-como-obter-selo-certified-humane/>>. Acesso em: 19/09/2021.

DINU, Monica *et al.* **Vegetarian, vegan diets and multiple health outcomes: A systematic review with meta-analysis of observational studies**. *Critical Reviews in Food Science and Nutrition*, 2017.

DÓRIA, Thaís Andrade Ferreira & MOREIRA, Liliam Maria de Azevedo. **A bioética na formação do biólogo**: um desafio contemporâneo. *R. FAGED*, Salvador, n. 20, p. 99-122, jul./dez. 2011.

FELIPE, SÔNIA T. **Carnelatria**. [S.l.,s.n.]. 2018

FELIPE, SÔNIA T. **Galactolatria**: Mau Deleite. [S.l.,s.n.]. 2012

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. **Fishery and Aquaculture statistics**. 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/fishery/statistics/software/fishstatj/en>>. Acesso em: 23/03/2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. **Livestock Primary Database**. 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/QL>>. Acesso em: 23/03/2021.

HÄNNINEN, Osmo et al. **Vegan diet in physiological health promotion**. Acta Physiologica Hungarica, 1999.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **We Already Grow Enough Food for 10 Billion People...and Still Can't End Hunger**. Common Dreams: Breaking News & Views for the Progressive Community, 2012.

HUME, David. **A Treatise of Human Nature; An Enquiry Concerning Human Understanding; An Enquiry Concerning the Principle of Morals**. In: The David Hume Collection. Chicago: Steppenwolf Press, 2019

KANT, Immanuel. **Lectures on Ethics**. Tradução de Thomas Kingsmill Abbott. Cambridge: Cambridge Press, 1997.

LEAHY, Eimear; LYONS, Seán; TOL, Richard S. J. **An estimate of the number of vegetarians in the world**. The Economic and Social Research Institute - ESRI, Dublin, 2010.

LOW, Philip. **The Cambridge Declaration on Consciousness**. University of Cambridge, 2012.

MARSH, Kate; ZEUSCHNER, Carol L; SAUNDERS, Angela. **Health Implications of a Vegetarian Diet: A Review**. American Journal of Lifestyle Medicine, 2012.

MASON, Jim & SINGER, Peter. **The Ethics of What We Eat**. Melbourne: Text Publishing Company, 2006.

MONTAIGNE. **Of Cruelty in: Essays**. Tradução de Charles Cotton. [S.l.,s.n.], 2012.

OLIVEIRA, Wesley. **A importância moral da dor e do sofrimento animal na ética de Peter Singer**. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

O PROBLEMA DA CONSCIÊNCIA. *Ética Animal*. 2015. Disponível em: <<https://www.animal-ethics.org/problema-consciencia-pt/>>. Acesso em: 16/07/21.

OPPENLANDER, Richard. **The World Hunger-Food Choice Connection: A Summary**. Comfortably Unaware Blog, 2012.

ORLANS, F. Barbara. **In the name of Science: Issues in Responsible Animal Experimentation**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1993.

PIMENTEL, David & PIMENTEL, Marcia. **Sustainability of meat-based and plant-based diets and the environment**. The American Journal of Clinical Nutrition, Volume 78, Issue 3, 2003.

PINKER, Steven. **Os Anjos Bons da Nossa Natureza: Por que a violência diminuiu**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Livraria Schmidt Editora, 1934.

POPULATION REFERENCE BUREAU. **How Many People Have Ever Lived on Earth?** 2021. Disponível em: <<https://www.prb.org/articles/how-many-people-have-ever-lived-on-earth/>>. Acesso em: 23/03/2021.

RYDER, R. **Animals and Human Rights**. Revista Brasileira de Direito Animal, [S. l.], v. 3, n. 4, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10459>>. Acesso em: 30/10/21.

SÉNECA, L. A. **Cartas a Lucílio**. Tradução de J. A. Segurado e Campos. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

SINGER, Peter. **Animal Liberation**. 40th anniversary edition. New York: Open Road Media, 2015.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

SINGER, Peter. **Practical Ethics**. 3 ed. New York: Cambridge University Press. 2011.

TAYLOR, Thomas. **Iamblichus' life of Pythagoras or Pythagoras life**. Tradução de Thomas Taylor. 1.ed. Reimpressão. [S.l.]: Kshetra Books, 2016..

TOSHIKO, Kaneda & HAUB, Carl. **How Many People Have Ever Lived on Earth?** Population Reference Bureau. 2020. Disponível em: <<https://www.prb.org/howmanypeoplehaveeverlivedonearth/#:~:text=%E2%80%9CModern%E2%80%9D%20Homo%20sapiens%20>>. Acesso em: 23/03/2021.

VOLTAIRE. **Dicionário Filosófico**. Tradução de Heitor Afonso de Gusmão Sobrinho. Rio de Janeiro: Livraria Schmidt Editora, 1935.